

A PROPÓSITO

DE LICEUS COLONIAIS

A recente proposta do Governo de Timor para a criação de um liceu naquela longínqua Colónia portuguesa e a discussão travada ultimamente na Imprensa e no conselho legislativo da Colónia de Moçambique, vieram trazer ao problema do ensino liceal nas Colónias uma flagrante actualidade.

O ensino liceal é, considerado como finalidade cultural, o de mais imprópria aplicação às nossas Colónias.

Com efeito, nenhuma das Colónias Portuguezas no actual estado de desenvolvimento social e económico consegue dar vazão às sucessivas camadas de diplomados que cada ano abandonam as aulas.

De modo que, das duas uma: ou o diplomado tem possibilidades financeiras para abandonar a Colónia e dirigir-se aos cursos superiores da Metrópole, ou vai aumentar a legião dos proletários intelectuais da Colónia, em geral incapazes para outro mistér que não seja o da função pública ou o serviço dos particulares que não exija qualquer especialização.

Saturado o meio que não pode absorver tanto diplomado desprovido de conhecimentos práticos, visto que não o habilitaram a coisa alguma, eis que surgem as inquietações sobre o futuro, os descontentamentos, um mal-estar geral, com as concomitantes pressões políticas que só acarretam complicações e dissabores a quem governa e prejudicam fatalmente o regular desenvolvimento da Colónia. Um desejo de remediar o mal por meio de medidas de humanidade, é-se levado a soluções forçadas sem correspondência nas necessidades effectivas dos quadros ultramarinos. Estes congestionam-se, os orçamentos das despesas crescem gravosamente e os serviços públicos complicam-se e embaraçam-se sem outra justificação que não seja a de dar que fazer, ou simular-lo, a quem, em boa verdade, não faz falta ao serviço.

Porém, se as condições financeiras de alguns diplomados liceais permitem a sua saída da Colónia em busca do ensino superior da Metrópole, lá perde aquela uns tantos valores que vão fazer «bicha» à porta das Universidades para no fim travarem a mais áspera e dolorosa das lutas — tão numerosa é a concorrência na conquista do pão cotidiano.

Dir-se-á que os valores perdidos pela Colónia são ganhos para o Império. Mas a verdade é que é precisamente na Colónia que a sua presença poderia ser de maior utilidade.

O progresso e o equilibrado desenvolvimento das Colónias do Império estão já dependendo, em certo grau, da solução que se der ao problema da Instrução pública nos seus territórios. Em vez de se fazer o estudo local das necessidades de ensino,

adaptando-se criteriosamente os tipos de escolas às peculiaridades e graus de desenvolvimento social, económico e científico do meio, têm-se decretado, às cegas, por todo o Império, a generalização do tipo de ensino liceal, adoptado na Metrópole, sem que os legisladores se tenham delido um instante a meditar na função social dos organismos de ensino que se adoptavam nem nas perturbações que porventura se iam suscitar em meios a cuja minoridade social poderia porventura não se ajustar semelhante tipo de escola.

Ora o tipo de ensino liceal, tanto em favor na Metrópole, afasta o homem do cultivo da terra, do trabalho das indústrias e da actividade comercial, os três vértices da produção das riquezas.

E se o liceu tem uma missão que lhe é própria, e é insubstituível — a de ministrar a cultura universalista que há-de servir às especializações científicas — elle não pode usurpar o lugar que compete a outros tipos de escola sem lesar profundamente o meio social que julga beneficiar.



É factó incontroverso — porque todos o podemos verificar — que, onde está o liceu, este mata a escola técnica. São óbvias as causas, e não é este o ponto a debater agora.

O que podemos talvez adiantar é que neste fenómeno repousa uma das várias causas da vida precária que nas Colónias têm arrastado as poucas escolas técnicas secundárias que já se criaram, e o desfavor que as tem perseguido na sua pobre existência de alguns anos; em compensação, os Liceus regorgitam sempre.

As consequências estão à vista: As Colónias Portuguezas são todos os dias invadidas por legiões de gente de outros povos que faz indústria, faz comércio ou dedica-se a explorações agrícolas com um conhecimento do «métier» e uma capacidade de acção que não foram adquiridos propriamente nos bancos liceais dos seus países...

Ora o que nós precisamos nas Colónias é de escolas que ensinem a trabalhar — que eduquem mais do que instruem — pondo inteiramente de parte a escolástica abstrata sem qualquer aplicação fora da especulação pura — que não tem campo, ainda, nos meios ultramarinos.

Dir-se-á que semelhante doutrina é atentatória dos legítimos interesses dos colonos e dos funcionários, que são cidadãos da mesma Pátria e portanto com jús aos mesmos direitos e regalias dos que vivem na Metrópole. É factó, que têm. Mas os superiores interesses da Nação, que residem no progresso



NA EXPOSIÇÃO COLONIAL PORTUGUESA

Índios encantadores de Serpentes (goropeiros)

de tôdas as parcelas do Império não podem ser inteiramente sacrificados às comodidades e interesses particulares de alguns dos seus servidores — interesses e comodidades que se poderiam respeitar, até certo ponto, sem prejudicar de qualquer forma o perfeito equilíbrio de tôdas as actividades da Nação.

Não é justo que ao colono ou ao funcionário se coarte o direito de instruir os filhos, encaminhando-os para os cursos universitários. O contrário seria uma tremenda desigualdade, uma injustiça e uma ingratição. Mas tais direitos para serem respeitados não implicam necessariamente o funcionamento nas Colónias de institutos secundários de ensino abstracto, complicados, caros e, em geral, deficientes.

Assim, em algumas das nossas Colónias, poder-se-iam substituir os liceus, com vantagens de vária ordem, por simples colégios de examinadores que na época própria formariam os jurís de exame aos candidatos aos graus escolares imediatamente superiores. Uma sensata regulamentação e algumas criteriosas medidas de protecção e incentivo ao ensino particular e doméstico, promulgadas pelo Estado completariam o sistema.

Assegurado dêste modo o direito e a possibilidade de acesso às Universidades para todos os portugueses espalhados pelo Império, poderia ainda o Estado ir mais longe nesta orientação acarinhando e protegendo muito especialmente os estudantes coloniais cujas faculdades de trabalho, applicaçã e intelligência merecessem um cuidado e âmparo especial. É notável o que dentro dêste critério o govêrno da Austrália — e ocorreu-me êste exemplo aos bicos da pena — têm pôsto em prática com assinalado êxito. Nas escolas australianas as altas classificações nos exames implicam, em geral, a concessão de subsídios em dinheiro que permitem aos estudiosos prosseguir

os seus estudos nas escolas superiores, pois tais subsídios destinam-se a fazer face aos encargos de deslocação, alojamento e alimentação dos estudantes. Quanto a propinas e livros, aos laureados nada custam. As escolas concedem-lhos gratuitamente a título de merecida recompensa.

Não cabe no âmbito destas ligeiras considerações fazer o estudo pormenorizado dêste aspecto da questão. A referência que lhe fazemos serve apenas para acentuar que o assunto merece estudo e pode ter soluções interessantes.

Aligeirados os orçamentos coloniais com as pesadas verbas do seu ensino liceal, poderíamos então entrar a fundo na organização do ensino técnico mais adequado às necessidades vitais de cada Colónia, em face das realidades da hora presente.

A sementeira de escolas sem finalidade precisa, por simples critério de simetria ou imitação, longe de ser uma política de progresso, terminará por provocar perturbações económicas e sociais de que só tarde — mas irremediavelmente — se sentirão os maléficis efeitos.

A. S.

Uma justa e humanitária decisão

O sr. Ministro das Colónias mandou proceder ao estudo da construção de pavilhões, anexos ao hospital do Gerez, destinados aos funcionários coloniais.

Segundo parece, os referidos pavilhões vão começar, brevemente, a ser construídos, para o que existe já a verba correspondentemente.

AS NEGOCIAÇÕES DE LOURENÇO MARQUES

PELO CORONEL LOPES GALVÃO

ENCONTRAM-SE reunidos em Lourenço Marques, desde o dia 10 do corrente, os negociadores das alterações à Convenção de 1928, realizada entre a União Sul Africana e a Colónia de Moçambique, Convenção que no dizer daquele governo carecia de revisão que foi pedida nos termos da base XVIII da mesma.

¿Quais eram as cláusulas da Convenção existente que a União entendeu deverem ser revistas?

Tôdas aquelas que concediam vantagens a Moçambique. Aquelas que lhe eram adversas podiam manter-se até... porque Moçambique as suportava sem qualquer queixume.

Posta a questão assim, é de prever que os nossos negociadores reajam. E a reacção foi prevista pelos interessados da União que profetizavam, muito antes de os negociadores se reinírem, que um acôrdo não seria provável em Lourenço Marques, devendo haver mais tardes novas negociações em Pretória onde êle então seria possível.

Quem ler o *Rand Daily Mail* de 26 de Junho, lá encontra a profecia no final dum interessante artigo em que se diz que o pedido de revisão foi imposto pela opinião pública da União que fez várias representações que os Departamentos do Estado estudaram cuidadosamente.

A acompanhar essas representações de perto e para verem como os delegados da União as defendiam, foram agregados à Missão negociadora comerciantes, industriais, etc., e gente de Durban, cidade rival de Lourenço Marques e que lhe disputa, por tôdas as formas, o tráfego do trânsito que tem com o Transvaal.

A corroborar a profecia acima aparece no *African World*, agora chegado a Lisboa, um telegrama de Johannesburg datado de 15 do corrente, dando alguns pormenores das negociações e dizendo que virtualmente se interromperam as negociações por motivo de dificuldade invencível (*deadlock*).

Também êste correspondente admite que se chegará a um acôrdo mais tarde; sòmente não diz se será Pretória ou noutro local, o que para o caso pouco interessa.

O «deadlock», inevitável na primeira fase

Para ninguém pode constituir surpresa a noticia do ponto morto a que se chegou, no dizer do *African World*.

Dois princípios norteiam desde longe a politica da União, em relação a Moçambique:

- 1.º Obter a mão de obra por nada;
- 2.º Imiscuir-se mais e mais no nosso pôrto.

É evidente que quaisquer que fòssem os negociadores portugueses haviam de reagir contra tenções que são apresentadas sem rodeios. Daí a possibilidade do *deadlock*.

¿Porque se prevê do outro lado da fronteira

que as negociações serão retomadas e se chegará finalmente a um acôrdo?

Porque o Transvaal precisa dos nossos pretos. Eis tudo.

Bem se esfalfam êles a dizer que têm mão de obra de sobra a dentro das fronteiras; que os seus pretos, os pretos da União afluem de tôda a parte, não precisando da mão de obra importada.

Com esta afirmação pretendem tão sòmente estimular a opinião pública a que lhes dê o apoio necessário à sua politica... pan-Sul Africana.

A nós não nos podem iludir. De resto, as próprias autoridades se encarrêgam de se desmentir.

Com efeito: ¿se têm indígenas a mais, porque é que admitiram últimamente o recrutamento ao norte do paralelo 22º?

¿E se conhecem as possibilidades em mão de obra do interior de África, para que é que nos vêm dizer que vão recrutar ao norte do paralelo 22º? Tudo *bluffs*, para empregar a própria expressão inglesa.

Não há pretos ao norte do paralelo 22º. A prova é que a Rhodésia, para explorar as suas minas, recorre à nossa mão de obra.

E a União que tantas vezes tem tentado imiscuir-se nos negócios da Rhodésia, sabe isso muito bem.

Em 1907 também o Transvaal pela mão imperialista de Lord Selborne, quiz fazer uma finta, admitindo «coolies» chinas para substituírem os nossos indígenas. Apanharam os boers uma lição tão forte que o próprio Lord Selborne, teve de reembarcar os chinas à pressa, antes que acabassem de talar os campos e as mulheres do Transvaal.

Com os negros que lhes venham do norte do paralelo 22º não correm semelhante perigo, até porque os não há lá.

Não dizem as noticias recebidas quem provocou o *deadlock*. Somos levados a supôr que seria a intransigência dos nossos negociadores que o terão causado.

De mais transigimos nós em passadas negociações.

Na Convenção de 1909 apareceu pela primeira vez a intromissão dos Sul-Africanos nos negócios do nosso pôrto e do nosso caminho de ferro. Mas nessa ocasião «a doninha estava envolvida em farinha».

Com efeito, a nós também nos foi assegurada a ingerência—teòricamente já se vê—nos caminhos de ferro da União.

Na Convenção de 1928, essa ingerência appareceu já sem o carácter de reciprocidade.

Com efeito, a base XIV, que prevê essa intervenção, diz que o Conselho Consultivo recomendará os melhores meios para favorecer a exportação do tráfego oriundo da União pelo pôrto de Lourenço Marques.

Realizados grandes melhoramentos no pôrto de

Lourenço Marques como o da montagem do frigorífico, devia ser pelo Governo da União favorecida a sua utilização. Era para ela que o frigorífico tinha sido montado.

O capital exigido para a instalação foi grande e a sua utilização tornava-se por isso obrigatória, pelo menos moralmente.

Tal, porém, não aconteceu.

As frutas da União, mesmo as colhidas na parte leste do Transvaal, lá continuam a sair pelos portos do Sul, como se o nosso frigorífico não existisse. Então para que nos levaram a construí-lo?

Ao capital, improdutivo, de nova carvoeira, veio juntar-se este agora do frigorífico.

Faltou no acôrdo uma sanção, duma garantia que nos era devida, para o capital dispendido em grandes melhoramentos que só ao tráfego da União interessam e que pelo mesmo país foram solicitados, para não dizer impostos.

Os nossos negociadores de agora, baseados nestas duas lições e ainda na falta de continuidade do caminho de ferro de Swazilândia que nos tem obrigado a manter uma carreira de camionetas em território inglês para atraír um tráfego que as autoridades do outro lado não estimulam, não se terão esquecido de fechar de vez a porta a ingerências extranhas e a exigências descabidas.

E essa atitude, aliás bem justificada, pode ter sido a causa do *deadlock* anunciado.

Não se terão também esquecido de dizer que a protecção que o governo da União reconhece necessária para os seus indígenas, com a instituição do *deferred pay* é igualmente devida aos nossos indígenas. A retenção obrigatória de parte dos seus salários é a «previdência» tornada obrigatória.

Querem os comerciantes do negócio com os indígenas do Rand (*kaffir trade*) «abotoar-se» com todo o dinheiro que os nossos indígenas lá ganham e quer o seu governo dar todo o apoio a essa exigência?

O nosso dever é dizer-lhes que não estamos de acôrdo.

E essa pode ser uma outra razão para o *deadlock* anunciado.

Seja como fôr, nós temos de convencer os nossos vizinhos de que podemos viver independentes. E nesse dia a vitória será nossa.

Se eles levantarem umas muralhas da China à volta das suas fronteiras, nós ficaremos do lado de cá a admirar-lhes a sua coragem, mas sem inveja do que se passa do outro lado.

A nossa Colónia de Angola vive sem a menor cooperação extranha. Moçambique melhor pode viver.

O caminho de ferro de Benguela, onde se gastaram para cima de 15 milhões de libras e que se destinava a servir a Katanga, viu também a fronteira belga praticamente fechada. E a-pesar-disso, êle lá vive e está prestando à Colónia um alto serviço que não prestaria se o tráfego combinado lhe absorvesse as atenções.

O presente não é de prosperidade como devia ser se os acôrdos se cumprissem, mas o futuro fica melhor assegurado.

O futuro de Moçambique e os acôrdos com a União

Quem conhece a estrutura da Colónia de Moçambique sabe muito bem o seguinte:

1.º Que ela tem tôdas as condições para se transformar num grande país;

2.º Que precisa emancipar-se da dependência de interesses extranhos para progredir a valer, olhando só para os seus.

Atidos a uns lucros que a emigração lhe deixa, não tem pensado a sério, no desenvolvimento interno.

Quando chega o momento de se ver ameaçada pela supressão desses lucros, formula planos de valorização que no momento seguinte são abandonados, porque a situação anterior, com mais ou menos variantes, se manteve.

Se se fizesse com a União um convénio com carácter duradouro, nós podíamos encaminhar a vida da Colónia para um futuro que não prejudicasse a sua evolução, embora em colaboração íntima com os progressos e desenvolvimento do Transvaal.

Mas estes acôrdos a curto prazo só servem para nos prejudicar.

Asseguram-nos, é certo, uma vida de relativo desafogo, mas deixam-nos sempre na incerteza do dia de amanhã.

Mais ainda: conservam a vida da Colónia na dependência das decisões do vizinho.

É por isso que nós nunca podemos reclamar melhoria de situação e nos vemos forçados a atender as suas reclamações, mesmo quando injustificadas.

No dia em que nos emanciparmos, deixando de contar com as receitas da emigração ou com os recursos do tráfego do tráfego, a economia da Colónia sofrerá um pequeno abalo, é certo, mas passado o primeiro momento de perturbação, a vida do sul da Colónia assentará sobre bases sólidas que ninguém poderá ameaçar.

E o ritmo da sua evolução acelerar-se-á.

Quem mais sofrerá são os indígenas que hoje consideram quasi como ponto de honra ir até ao John buscar a carta de emancipação. Sem essa carta não se consideram homens.

Mas essa mentalidade modifica-se desde que criemos qualquer coisa que venha a constituir para eles uma nova Meca.

As grandes obras do Limpopo, de que tanto se fala, mas que ninguém até hoje tomou a sério, podem ser um derivativo.

É certo que com elas nem supriremos por completo a emigração, nem faremos face ao desemprego que da falta de emigração há-de surgir, mas prepararemos uma economia mais sólida e um futuro mais garantido à Colónia.

Não nos assuste pois qualquer atitude, menos conciliadora, por parte dos negociadores da União.

Reconheçamos mesmo que a sua situação é difícil e embaraçosa, devido às reclamações do Natal que hoje pesa grandemente na política da União e às exigências do baixo Comércio do Rand que vale pelo número e dá votos que não são para desprezar.

Mas mostremos-lhes também que a vida duma Colónia, como Moçambique, não pode estar sujeita aos caprichos sejam de quem fôr.

Os reclamantes da União estão convencidos que Moçambique não pode viver sem os favores do seu

país. E os seus governantes, embora disso não estejam convencidos — e alguns, pelo menos, certamente o estão — não podem deixar de tomar em consideração os protestos que a opinião pública lhe apresenta.

Mas uma atitude firme da nossa parte dará a esses governantes apoio indispensável para chamar aqueles à boa razão.

Nunca Lourenço Marques quis qualquer coisa que não fosse justa. Os Portugueses não querem; nunca quiseram Deus para si e o Diabo para os outros.

Dar a Cesar o que é de Cesar foi sempre sua norma.

Acima do interesse material puzeram sempre os princípios de equidade. E por isso é que em 1934 se encontram perante a Gente do Transvaal como se encontravam em 1875, em 1903, em 1909, em 1922 e em 1928, prontos sempre a dar a melhor cooperação aos progressos do país vizinho.

Em 1875 o desenvolvimento do Transvaal estava por assim dizer nas mãos de Moçambique. O Transvaal precisava absolutamente do pórtio de Lourenço Marques, mas nem por isso abusamos da situação. Lealmente nos puzemos à disposição de Kruger para negociarmos um tratado de Comércio e Amizade, que havia de ser perpétuo.

Mas o grande Kruger desapareceu; a política do país modificou-se e a amizade perpétua transformou-se em bom entendimento a curto prazo.

Por isso hoje já não seria possível a construção do grande caminho de ferro que liga Lourenço Marques a Pretória e a Johannesburg.

O isolamento a que foi votado o caminho de ferro da Swazilândia é prova disso.

Da nossa parte é que nunca houve mudança de orientação.

Hoje, como ontem, como sempre, oferecemos a nossa colaboração sincera na obra de engrandecimento do Rand, pondo os seus interesses no mesmo pé de igualdade dos nossos.

Mas que não nos exijam que sacrifiquemos cegamente os nossos aos dos outros. De mais o temos já feito.

O acôrdo há-de continuar porque o Transvaal tem nisso interesse. E se éle quebrar, de momento, as negociações, é que quer fazer uma «finta de destaque» que nós saberemos aparar com um *non possumus* que pode ser redentor.

A Exposição Colonial do Pôrto e a sua doutrina

A CÉRCA da inauguração da Exposição Colonial do Pôrto já todos os jornais falaram com certo desenvolvimento. Pretendemos hoje em meia dúzia de palavras definir os novos valores que a acção colonial Portuguesa tem ultimamente pôsto em relêvo, salientar as suas razões essenciais, explicar sumariamente numa palavra, esse triunfo esplêndido que é a Exposição Colonial Portuguesa, prova viva das aptidões colonizadoras de Portugal, dos seus métodos e também em si mesma do seu gôsto artístico.

Com efeito a primeira impressão que o visitante experimenta mal transpõe as suas portas é a de um conjunto de sensações agradáveis em que a arte, o gôsto e o equilíbrio estético se reúnem de molde a despertarem em nós a melhor e mais impercível das imagens.

Tanto pela realidade viva das suas demonstrações como pela graciosa e colorida maneira como está apresentada a nossa história, a Exposição tem sob este duplo aspecto o valor de uma revivescência senão de uma ressurreição.

Ressurreição não só do muito que de gloriosos fizemos no passado, mas também de tudo quanto é actual e mesmo contemporâneo, mas que a metrópole ainda parcialmente ignora.

Fácil é verificar também em tôdas as manifestações dêste certame o valor primordial de tôdas as nossas realizações sob o ponto de vista económico que demonstram duma maneira indelével a solidez de armadura portuguesa ao mesmo tempo que põem em relêvo a excelência dos nossos métodos.

Contemplando as cartas, os gráficos, as estatísticas descobrimos rapidamente, tal o cuidado pedagógico com que tudo é mostrado, quão admirável tem sido a nossa acção nos últimos vinte anos exactamente na medida em que a nossa política inteligente acompanhou a nossa acção económica, que em tôdas as latitudes do império procura jugular a usura, diminuir o desemprego, impedir as fomes, reduzir a miséria, ensinar a economia e o trabalho moderno.

Ao lado dos nossos estabelecimentos de instrução pública, os bancos, as casas de comércio, as sociedades de exploração, os caminhos de ferro e os portos, as fábricas industriais ampliam a nossa obra em tôdas as latitudes do império.

A introdução dos métodos portugueses, provocou em tôda a parte a revivescência senão a criação duma consciência cívica.

A consistência política, a paz civil, defenderam o progresso do nosso estabelecimento económico; não queremos dizer que foi o nosso dinheiro que fez tudo de que hoje nos podemos orgulhar, mas antes que é as nossas qualidades de previsão, paciência e finalmente de tacto psicológico que devemos o triunfo de todos os empreendimentos que levamos a cabo.

Os hospitais, as estradas, os bancos, as companhias, o crédito agrícola são a títulos diferentes verdadeiras obras de benevolência ao mesmo tempo que de bom senso pois sem dúvida têm melhorado a vida do indígena das nossas colônias ao mesmo tempo que contribuem para apressar o seu desenvolvimento.



A Exposição Colonial do Pôrto é uma apoteose da colonização e dos métodos portugueses.

Um outro facto ainda é indispensável pôr em relêvo: a circunstância de semelhante certame coincidir com um dos momentos mais agudos da crise económica que avassala o mundo.

Que, em verdade, se até agora com efeito o nosso país tem talvez sofrido menos com a crise de que os outros, isso se deve sem dúvida ao facto de desde a primeira hora nos termos esforçado por tirar do nosso império colonial todo o partido possível.

F. ALVES DE AZEVEDO
Diplomado com o Curso Superior Colonial

José Prieto Pérez

Fábrica de suspensórios e Ligas
« MELBER »

Rua dos Caldeiros, 137, 1.º — PORTO

Telefone 1572

I Congresso de Agricultura Colonial

São numerosas as teses que vão ser apresentadas ao primeiro Congresso de Agricultura Colonial que reúne no Pôrto de 27 a 30 do mês corrente. No *Notícias Agrícola* o sr. conde de Bobone, delegado da Associação Central de Agricultura e membro da comissão executiva do Congresso, expõe o plano de trabalhos desta vulgar manifestação de actividade técnica.

O sumário desta magnífica edição insere ainda os artigos seguintes: Anuário de exportações; Orvalhadas; Ainda a propósito dum livro; Armazenagem de vinhos; Preparação de presuntos; Duração das gestações e incubações; A revalorização das nossas cortiças; Correspondência; Colheita de frutas para conservar; Manejos de plano inclinado; A luzerna lupulina; Um tutor barato; Os agricultores ingleses e a baixa de preços; Ainda o cavalo andaluz; Os argas e os aranhaços das galinhas; Os resíduos industriais na alimentação do porco; Notas e comentários do estrangeiro; Vida associativa; Legislação agrícola; A arte de vedor; Coloração artificial das flores; Destruição de pegas; O Zebú carabao; Insecticidas de rápido efeito; Plantas venenosas para os coelhos; Consultório.

Vidas que findam...

Maria Anna Acciaioli Tamagnini

MORREU Maria Anna Acciaioli Tamagnini... e com ela uma grande sensibilidade de artista. Maria Anna Acciaioli Tamagnini passou a vida breve, que tão apaixonadamente amou, a cantar e a sonhar. Era o seu canto uma espécie de suave murmúrio como o que se desprende do *sfa-miceu*, dedilhado à hora melancólica do entardecer quando a fantasia rufia asas para longe, inquieta de beleza e de emoção.

Maria Anna Acciaioli teve em vida dois grandes amores: a sua Arte e o seu Lar.

Como artista amou profundamente o Oriente e



MARIA ANNA ACCIAIOLI TAMAGNINI

o Oriente dominou-a logo com seus misteriosos fil-tros, absorvendo avaramente aquele espírito gentil, deslumbrado e entontecido pela magia embriagadora do ambiente tão incompreensível para o mundo ocidental.

Alma gémea de outras almas a quem o Oriente também para sempre perturbou — Venceslau de Moraes e Camilo Pessanha —, ao extinguir-se o último gorgoejo de ave canora, de-certo livrou-se nos ares e rufou asas para essas distantes paragens onde, segundo o fabulário oriental, vivem os espíritos bons

recreando-se em amável convívio à beira de lagos de águas adormecidas, cheios de lotus e nenúfa-ves...

Outra grande paixão da sua vida—a paixão da Mulher—foi o seu lar, dissemos. Espôsa e mãe aman-tíssima, o seu prematuro desaparecimento deixou apagar o alegre brazido daquela lareira de ternura onde havia sempre conforto e calor.

D. Maria Anna Acciaioli Tamagnini conhecia profundamente a vida chinesa pois permaneceu longo tempo em Macau, junto de seu marido, o antigo go-vernador daquela nossa Colónia, sr. Artur Tamagnini Barbosa.

A sua sensibilidade extraordinariamente vibratil, a sua lúcida inteligência, a sua cultura e os dons de coração que fartamente possuía, fizeram desta ilus-tre Senhora a companheira ideal dum Governador de Colónia.

Não é vasta a obra literária que deixa, mas nem por isso é menos valiosa. Muitos dos seus escritos, dispersaram-se pròdigamente por jornais e revistas.

Neles se revelavam sempre os primores da sua musa exótica de raro encanto e poder de expressão.

Colaboradora ilustre desta Revista, para a qual escreveu, horas antes de falecer, as últimas páginas da «crónica» que hoje publicamos, intitulada *De Ma-cau a Cantão*, a sua morte, quando tanto havia a esperar dos seus talentos de escritora e poetisa, en-che de pesar quantos tiveram a fortuna de a co-nhecer.

Portugal Colonial apresenta ao antigo Governador de Macau e nosso ilustre amigo, sr. Artur Tamagnini Barbosa a expressão do seu mais profundo pesar.



Marechal Lyautey

É com verdadeiro pesar que *Portugal Colonial* anuncia aos seus leitores a morte do Marechal Lyautey.

Construtor de impérios, animador prodigioso a êle se deve a pacificação e a consolidação do esta-belecimento francês no Norte da Africa e especial-mente em Marrocos.

Colaborador de Gallieni em Madagascar contri-buiu bastante também para a pacificação do sul desta ilha.

Homem de Estado, militar, homem de letras o Marechal Lyautey individualidade completa a quem a França fica devendo uma das mais brilhantes jóias do seu império—Marrocos—foi também um organi-zador admirável tendo a sua actuação como comis-sário geral da Exposição Colonial Internacional de 1931 merecido o elogio unânime da imprensa fran-cesa e estrangeira.

De origem portuguesa, grande amigo de Portu-gal e admirador dos métodos portugueses não lhe passou despercebido a renascença colonial portu-guesa e a significativa homenagem que prestou por essa ocasião ao actual Ministro das Colónias é disso uma bem clara prova.

Portugal Colonial acompanha a França nesta do-lorosa conjuntura.

A Índia Portuguesa e a sua situação económica

PELO CAPITÃO A. RODRIGUES DA COSTA

A situação económica da Índia portuguesa que nunca foi desafogada, começa a tomar aspectos um tanto ou quanto inquietadores e que bem podem agravar-se como consequência da crise que afecta o mundo inteiro e nela se faz já sentir importantemente.

Com uma pequena extensão territorial, que é no seu conjunto inferior à do distrito de Leiria, o mais



A festa em casa do Visconde de Pernem

pequeno de todos os distritos da Metrópole, a Índia portuguesa têm uma população muito grande, cuja densidade atinge o elevado número de 140 habitantes por quilómetro quadrado.

A fertilidade da terra, não basta, por isso, e porque nem tóda está ainda devidamente aproveitada. Assim a Índia deficitária em quasi tudo quanto a vida normal exige, teve sempre que comprar muito mais do que vendia e, o que é peor, cada vez compra mais, porque como consequência da civilização e do progresso as suas necessidades aumentam, e cada vez vende menos porque não tem sabido manter a sua posição perante a concorrência que os seus produtos tem sofrido e porque o seu valor é, também, cada vez menor.

São, a este respeito, muito curiosos os números que nos fornecem as estatísticas officiaes.

Bastará dizer que o valor das importações subiu nestes últimos 30 anos de cinco milhões de rupias, números redondos, em 1903, para 15 milhões em 1933, depois de ter quasi atingido 17 milhões em 1930, sendo de notar que o declínio acentuado nestes últimos 3 anos é devido apenas à baixa de preços, pois que as quantidades tem aumentado sempre.

No mesmo período as exportações variam de milhão e meio de rupias, em 1903, para pouco mais de dois milhões em 1933, tendo atingido o seu máximo, 5 milhões, em 1929, e diminuído desde então

até à cifra actual pelas duas razões — menor valia dos produtos e menores quantidades exportadas.

O valor da exportação regressou assim ao que teve no ano de 1910 sendo porém de notar que nesse ano o *déficit* comercial foi apenas de 4 milhões de rupias, enquanto que em 1933 o é de 13 milhões.

Não deixa de ser curioso notar que a despeito da crise que a afflige, a Índia portuguesa continua a comprar mais, sem que esse mais seja apenas o resultante do constante aumento da sua população, ou consequência de menor produção.

A Índia portuguesa compra mais porque a crise, por ora, atingiu apenas os proprietários, sendo melhor a situação económica de tóda a parte da sua população que trabalha, pois que os salários se mantem altos. Come-se mais e melhor, melhora-se o vestuário, aumentam as comodidades. É o que nos dizem as estatísticas no crescente aumento de importação do arroz e da farinha de trigo, dos tecidos de sêda e de algodão, dos automóveis, etc.

Não há desemprego na Índia portuguesa. Há até, por vezes, falta de braços.

A situação dos proprietários é, porém, já muito difícil e para que ela se não estenda aos que trabalham procura o Estado acudir-lhes no seu próprio



ANGEDIVA—A Igreja do Santo dos Brotos

interesse e no interesse geral. São de notar entre essas medidas a da fixação dum preço mínimo para o arroz, pela incidência duma taxa móvel sobre o arroz importado, a da diminuição das contribuições prediais, a da criação de prémios de exportação e a da redução dos juros nos empréstimos que tanto a Caixa Económica Postal, como as Instituições de Caridade podem fazer pela abundância de capitais de que dis-



põem, aliviando assim a propriedade de parte dos encargos que sobre ela pesam.

O resultado de tôdas estas medidas que o Governo da Índia tomou de acôrdo com a opinião pública, expressa nos votos da Conferência económica recentemente reunida, é difícil ainda de prever, tanto mais que a situação económica da Índia portuguesa está dependente de outros factores que escapam à acção do seu Governo.

De sempre uma grande parte do *déficit* comercial foi coberto pelas remessas dos emigrantes que ávara e patriôticamente amealham e fazem convergir para a terra natal as suas economias.

São muitos os milhares de indo-portugueses que mourejam em terras estranhas.

Pesa já sobre eles, e muito, a crise do desemprego. As suas remessas diminuem e amanhã eles próprios terão de regressar, embora lutem por se manter onde estão.

Dois males afligirão assim ao mesmo tempo a Índia portuguesa e oxalá que tal não suceda.

Prevê inteligentemente o Governo da Índia este segundo mal criando condições de vida e de trabalho em extensas regiões das Novas Conquistas, até aqui abandonadas.

A menor valia e a menor procura dos produtos que exportamos que derivam das condições gerais dos mercados mas também muito das dificuldades que a Índia inglesa lhe oferece, essas só por meio de acôrds comerciais se poderão combater. Desintegrar a nossa economia da da grande península hindustânica será grave perigo que dentro em pouco poderá não ter remédio.

É certo que nada poderemos obter sem alguma coisa dar, sem dar talvez muito que possa ir afectar alguns interesses das outras províncias do Império. ¿Que produz, porém, a Índia que elas não produzem ou que elas lhe possam comprar? Nada. As estatísticas confirmam-no. Da exportação da Índia portuguesa em 1933 só 0,20 % se dirigiu para as demais províncias do Império.

¿Quem lhe há-de pois comprar o côco, a areca, o sal, o peixe sêco e salgado, a manga, os seus melhores produtos de exportação, senão a Índia inglesa?

Impõe-se, pois, um acôrdo comercial que ponho termo a muitas das dificuldades que as alfândegas inglesas levantam à entrada dos produtos da Índia portuguesa, salve esta província do Império da ruína que tão de perto a ameaça.

Deixemos ainda que os números falem:

Em 1933 exportamos apenas 24 milhões de côcos, número que não tem igual na estatística dos últimos 30 anos e que foram manifestados com o valor de pouco mais de seis laques e meio de rupias, enquanto 26 1/2 milhões em 1925 ainda valiam quasi milhão e meio de rupias, sendo de notar que a ex-

portação deste produto chegou a atingir quasi 50 milhões em 1919 e mais de 45 em 1929.

As mangas baixaram para 3 1/2 milhões dos 20 que atingiram em 1925 e dos 13 que ainda foram em 1929. Só em 1905 e em 1918 exportamos menos do que em 1933, quem sabe talvez quanto a este último ano se por fraca produção.

O peixe salgado já não atinge cinco mil mãos indianas, quando neste período a que nos vimos referindo nunca desceu além das 11 mil mãos.

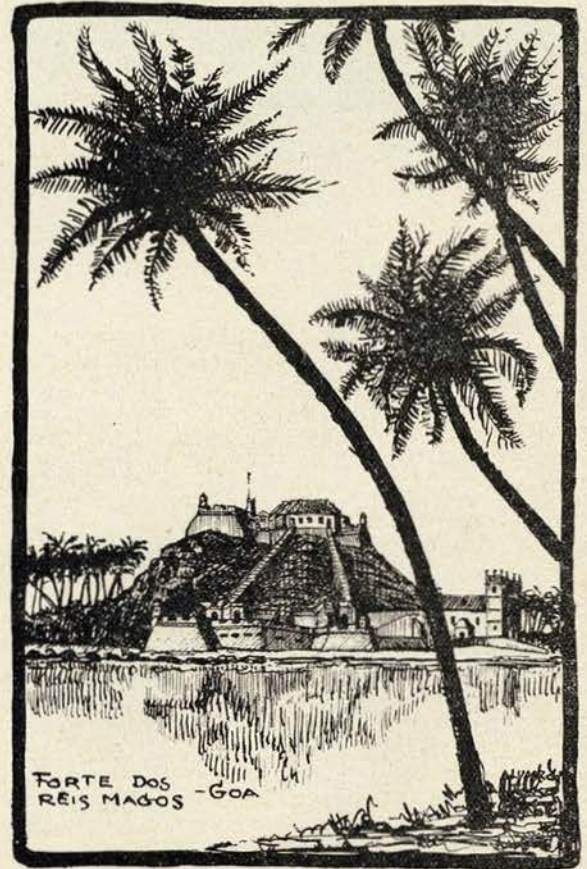
Do peixe sêco exportamos 6.000 mãos, quantidade que nunca foi inferior nem igual nos mesmos 30 anos.

O sal baixou para 112 mil mãos, menos de metade do que em qualquer ano de menor exportação e que ainda no ano findo foi de mais de 200 mil mãos.

De todos os principais produtos de exportação da Índia portuguesa só um aumentou em quantidade, diminuindo porém em valor, a castanha da cajú sem casca, que é enviada para a América, mas que nem tôda é produto indiano porque parte se importa das nossas colónias africanas. Pois até este comércio está ameaçado pela concorrência que o da Índia inglesa lhe faz.

Socorremo-nos dos números para justificarmos as nossas apreensões. A ruína da Índia portuguesa é manifesta.

É preciso evitá-la, combatendo-a. Estou certo de que se conseguirá. Do patriotismo do seu Governo, do patriotismo do Governo da Nação é lícito esperá-lo.



MANHÃ de outono. Cúmulos transparentes e iluminados. Nas montanhas mais próximas semicírculos brancos e frios de sepulturas chinesas. Horizonte envolto ainda em neblina.

Vamos demandando o rio Sikiang e Macau perde-se já em contornos indecisos; mas, surge a nossos olhos, como se à tona de água, a primeira aldeia chinesa, feita sobre estacaria, bambús imersos no rio. É cinzenta e triste, ali vivem da pesca os seus aldeões tranqüilamente sem maior ambição que a do peixe para salgar, sem mais horizonte que as montanhas escalvadas, nem outra distração que a do cachimbo e o ópio.

O barco segue, contornamos a aldeia. O Sol rompeu, a manhã aquece e o rio é agora um imenso lago circundado pelos altos montes que parecem fechar-nos o caminho. Tem-se a impressão de que a proa do barco em breve vai tocar a terra em frente. Mas um estreito canal entre ilhas formadas por rochedos dá-nos a saída do lago para o rio que ora se multiplica em braços que conduzem a novas aldeias, tristes e cinzentas como a primeira, ora serpenteia, contornando os montes.

Extrema calma, paisagem monotona e adormecida a que misteriosamente a nossa alma se prende. Passam horas embaladoras. A paisagem repete-se, o mesmo cenário continua: águas tranqüilas, aldeias pobres e sem cor semeadas pelas margens, arrozais, montanhas e pelas encostas a curva branca das sepulturas chinesas.

A pouca distância do nosso barco duas «lorchas» de velas de esteira doiradas pelo Sol, navegam lentamente, quasi juntas, iguaezinhas, como irmãs gémeas. A mesma pôpa alta e recurvada, igual número de velas abertas ao vento... Move-as a mesma briza suave, une-as a rede, lançada de uma para outra barca, que mergulha na água transparente. Pescam... Os tripulantes das «lorchas» são membros de cada uma daquelas duas famílias que mutuamente se auxiliam. Sempre embarcados, pescando dia e noite, se o luar as encaminha; só vão a terra trocar o peixe fresco e luzidio pelos cates de arroz precisos para o seu sustento. Vida monotona e neurasténizante, igual, sempre igual! E sorriem... Resignação? Conformidade?

As horas vão-se passando sem que o horizonte nos traga a nota imprevista que prenda o nosso olhar.

Vogamos sempre. Ao longe erguem-se duas ilhas sobre as águas formadas por penhascos bravios, sobrepostos em formas caprichosas. Paire sobre elles uma neblina fluída que o Sol, mais alto, ilumina. São uns penedos a que o vulgo chama a «Máscara do Gigante». A ilusão é completa. Deitado de costas, repousando no seu último sono. É bem a máscara serena de um gigante adormecido. Quatro penedos

formam o rosto magnífico; nariz aquilino, queixo forte e voluntarioso. Uma profunda cova sobre o rochedo dá-nos a cavidade da órbita, um traço negro marca a pálpebra cerrada. A máscara enorme repousa tão descansada que nos fica a certeza de que está ali o perfil de um morto. Gigante de outras eras adormecido sob as estrelas, à tona de água, silenciosamente...

Ao passar por entre as ilhotas de rochedos ponteados a ilusão desfez-se.

Seguimos ávante. Cantão não fica já a muitas horas. Como sentinela vigilante sobe, em pleno descampado, numa das margens, a primeira torre chinesa de cúpula esguia, andares impares e ângulos recurvados para o alto. Pagode antigo a que o musgo dá uma patine aveludada. A corrente é mais forte. A brisa erica a superfície das águas até aqui completamente lisa e o rio toma o aspecto de «moirée» verde-clara assimetricamente ondulada.

Arrancado ao seu doce deslizar, o nosso barco balança agora com freqüência, a ondulação é causada pela aproximação de um imenso e característico navio chinês:

um «Too», que comboiado por uma lancha desce o rio e vai de longada até Macau. Como uma casa flutuante, em dois andares, apinhado de passageiros, carregado de hortaliças viçosas, de cestos de fruta, de gaiolas de aves chilreantes, o «Too» pintalgado de cores, engalanado como para uma festa, passa perto de nós; vasos de flores adornam as janelitas quadradas; no alto do mastro flutuam bandeiras multicolores. Cada bandeira representa um «laisse passer» das terríveis quadrilhas de piratas que se impõem nos rios e mares da China. Esses pavilhões coloridos provam que os patrões dos barcos satisfizeram já o «Linkim» (tributo da liberdade) aos capitães de piratas, além dos impostos às alfândegas e às lanchas mandarinas.

O «Too» ajoujado pela carga, move-se vagarosamente, dando-nos uma nota inédita da navegação chinesa. Não têm estes barcos tripulação efectiva.

Os chinas esqueléticos que vemos passar por nós, entregues à laboriosa faina de fazer mover o barco por meio das pesadas rodas de madeira, são os humildes passageiros que à falta de recursos dão o seu esforço físico como compensação.

Do exótico navio que se afasta pesadamente resta apenas um sulco branco de espuma; mas na minha retina gravaram-se os rostos macilentos desses desventurados passageiros lembrando-me, em pleno século XX, a leva dos forçados, os antigos condenados às galés. Somente na possibilidade das suas almas, nem um vislumbre de revolta; olharam-nos sorrindo...

Que importa seja duro o meio se conseguem o seu fim! Admirável resignação!

De Macau a Cantão

(Artigo póstumo escrito expressamente para "Portugal Colonial")

POR MARIA ANNA ACCIAIOLI TAMAGNINI

Navega-se cêrca de meia hora, isolados, rio acima contra a corrente que nos traz troncos quebrados de salgueiros e espalmadas fôlhas de lotus. É que o rio estreitou e as margens são pantanos onde espigam arrozais e o lotus floresce.

Sôbre pontes toscas de bambu um ou outro pescador de amplo chapéu de palha vai pacientemente pescando à linha e na quietação da paisagem as suas silhuetas têm atitudes clássicas de cerâmica chinesa.

Vai descendo o Sol; o nosso barco, que fundeara para mais agradavelmente saborearmos a refeição da tarde, retoma o seu rumo. As montanhas já mais próximas, são agora verdejantes de relêvos arredondados e macios, o rio vai serpenteando sempre e numa nova aldeia pobre, de tejo acinzentado destacam-se as fitas de papel vermelho onde se lêem caracteres negros colados nos portais dos modestos pagodes na sua missão afugentadora dos espíritos malignos.

O rio estreita cada vez mais.

Uma torre quadrada de pedra enegrecida alteia-se dos humildes e primitivos casebres. É o reduto inviolável, chamemos-lhe assim, onde as mães avaras dos seus filhos os vão levar à noitinha recheias dos piratas.

Só os rapazinhos ali vão dormir defendidos pela resistência das grossas paredes e janelas de grades de ferro, pois as suas casas não oferecem defesa alguma. Só os rapazitos, porque só êles são ambicionadas presas dos terríveis quadrilheiros. Estamos na velha China e por conseguinte habituemo-nos a ver as coisas ao inverso dos nossos hábitos e costumes. No Ocidente as mães zelam a fragilidade das criaturinhas que serão o seu enlêvo e dão a vida por elas; na China é o filho o tesouro desejado, êle será o futuro senhor e, acima de tudo, o traço forte que liga o passado ao presente. A benção ancestral só é transmitida pelo filho varão e só êle pode prestar o culto aos seus antepassados.

Mas o barco deslizando sempre passa agora perto de uma ilha verde, frondosamente arborizada, e a torre enegrecida é já um pontozinho perdido na distância, envolto na tênue neblina. Em compensação a ilha verdejante forma um círculo lindo sôbre a agua tranqüila, onde a ramagem das árvores mergulha e o reflexo verde-escuro é nítido. Dentre rochedos os troncos pendem em atitude sequiosa para o rio, ligeiramente rosado. É a hora em que o Sol começa a baixar.

A navegação é mais intensa. As «lorchas» voltam em lenta procissão da faina do dia; passam por nós num murmúrio ligeiro de asas. Estamos já perto de Cantão. Avistam-se mais ilhas verdejantes que antecedem o pôrto por entre as quais o barco seguirá neste entardecer de outono. É maré baixa, o Sol desce. Navegamos para o poente. O céu irradia numa apoteose de côres que se projectam sôbre as águas calmas. Os nossos olhares convergem todos para o Astro-Rei, bola de ouro a mergulhar lá longe, no mar infinito.

A minha alma extática goza uns instantes de beleza suprema, a comunhão das águas recebendo no seu seio a hóstia iluminada... Depois o ouro pulveriza-se pelo céu e espalha-se à superfície do rio.

O reflexo de um raio vermelho-alaranjado deixa-nos um rasto. E o barco navega, ávante, a caminho do poente nessa esteira de luz. Nas margens há

tons roxos de ametista. É no deslumbramento supremo do extasi e da côr, cerro os olhos estonteados de luz e ajoelho no convés, esmagada sombra, rendida em murmúrios de Graças a Deus Todo Poderoso.

Nas pequenas ilhas os chorões embebem as frondosas ramagens nas águas ainda coloridas, mas já projectam uma tonalidade triste, presentindo a noite que se avizinha.

De repente, como por magia, o rio cobre-se de branco de neve, último cambiante de luz, fusão de tôdas as côres espalhadas pelo céu, refletidas nas águas. É um instante apenas e como que uma miragem, onda de espuma branca, mortalha por sôbre aquela exuberância de côr e de luz, que nos queimou os olhos e aferverou a alma.

O mais belo pôr de Sol a que assistimos em horas calmas por sôbre as águas em terras do oriente!

È à luz crepuscular, ao ruído das buzinas, circundando as *lorchas*, contornando os floridos *Too*, desviando-nos das frágeis *sampanas*, numa navegação difícilima, por entre milhares de juncos e de muitas canhoneiras estrangeiras, entrámos no pôrto de Cantão.

No rio tremulavam, como pirilampos, as débeis luzitas dos barcos de pesca; na cidade constelavam-se lâmpadas eléctricas, letreiros luminosos, desenhando nos ares arabescos estranhos.

A crise mundial e as soluções portuguesas

Por um lamentável erro de revisão a última parte do artigo do nosso ilustre colaborador sr. tenente-coronel Leite de Magalhães apareceu bastante confusa e talvez mesmo incompreensível.

Apressamo-nos a corrigir, na medida do possível, o desastre que somos os primeiros a lastimar. O que o nosso colaborador escreveu foi o seguinte:

“Nada se faz, porém, com violência: todo o indivíduo é livre de se integrar ou não na organização corporativa que o Estado reconhece como a mais útil. Simplesmente, o Estado negará a sua protecção a quem quer que pretenda exercer a sua actividade fora do regime de cooperação e solidariedade de que dependa o equilíbrio económico e social que se pretende atingir.

“Convem dizer, porém, que o Estado Português se opõe à existência das explorações agrícolas, industriais e comerciais de carácter parasitário ou que sejam incompatíveis com os interesses superiores da vida humana. E, desta maneira, a economia nacional será defendida, como é mister, de todos os ambiciosos sem escrúpulos. E não deixará de fazer-se, certamente, o rigoroso inquérito que possa habilitar o Estado a distinguir as explorações convenientes das explorações condenáveis, devendo achar-se entre estas, pelo menos, uma grande parte das explorações industriais existentes, que só podem viver em regime pautal ultra-protecçãoista e, além disso, em regime de salários baixos pelo emprêgo das mulheres e das crianças no trabalho das fábricas, que assim se transformam em centros de infecção social pelo desenvolvimento que dão à tuberculose e à prostituição.

“E nada mais justo!... Mas vai-se já observando que toda a Nação se inclina perante a excelência dos princípios, ao mesmo tempo que se nota a melhoria crescente das condições do trabalho e da produção. E tanto assim é, que só um grito desesperado de revolta se está erguendo contra as organizações promovidas e auxiliadas pelo Estado — é o dos “comunistas”. É que êles bem sentem que o terreno lhes vai fugindo debaixo dos pés...”

Que os nossos leitores e o nosso colaborador nos perdoem a involuntária falta.

Página literária

■ CASAS DE ÓPIO ■

EM SENTIDA HOMENAGEM À SAUDOSA POETISA
D. MARIA ANNA ACCIAIOLI TAMAGNINI, «PORTUGAL
COLONIAL» HONRA HOJE A SUA HABITUAL PÁGINA
LITERÁRIA COM UM DOS MAIS BELOS TRECHOS POÉTICOS
DO LIVRO «LIN-TCHI-FÁ» (POESIAS DO EXTREMO-
ORIENTE) DA AUTORIA DAQUELA MALOGRADA ESCRITORA

Nos kakimomos de papel pintado,
Os dragões saltam, riem as carrancas,
E entre as nuvens do fundo acobreado
Os deuses montam em cegonhas brancas.

Sôbre as lacas polidas, luzídias,
Há figuras, marfim de alto relêvo,
Finas silhuetas de mulher's esguias,
Sorrindo aos deuses num profundo enlêvo.

Na sua luz mortíça, vão ardendo
As lamparinas clássicas, chinesas,
Nos cachimbos o ópio vai fervendo
Ao contacto das lâmpadas acêsas.

Nas esteiras, em lânguido abandono,
Adormeceram já os fumadores.
Vencidos p'lo poder fatal do sôno
Esqueceram da vida os dissabores.

Corpos que pelo ópio emmagrecidos
Se perdem nas cabaias de setim
Contôrnos vagos, rostos abatidos
Da côr da cêra virgem, do marfim.

Vêde-os dormir! Que imensa placidez
Nas suas faces quietas e paradas!
Mas, sonham. Através a palidez
Das pálpebras sombrias, maceradas,

O sonho adeja em louca fantasia:
Miragens de Além-mar, países raros,
Glória, poder, riqueza, soberania,
Mulheres d'olhos negros, d'olhos claros...

Em taças de cristal vinho de rosas.
Branças magnólias, lírios perfumados.
Sôbre as águas, em noites misteriosas,
Juncos, de prata e oiro carregados.

Inertes vão sonhando os orientais...
O ópio, que os domina e que os subjuga
Sobe no ar, em ténues espirais,
Dos cachimbos de jade e tartaruga...

E p'las altas paredes, que o exotismo
Vestiu de sêda, cobriu de oiro velho,
Bailam sombras, visões do paganismo,
À luz quebrada de um lampeão vermelho!

M a r i a A n n a A c c i a i o l i T a m a g n i n i

O QUE FOI A SEMANA DAS COLÓNIAS DE 1934

Publicamos hoje a nota completa de tôdas as sessões de propaganda colonial realizadas durante a Semana das Colónias, sob a égide da Sociedade de Geografia de Lisboa. Pode, assim, o leitor avaliar da importância desta obra de propaganda que tem encontrado o mais entusiástico apoio de todos os meios sociais do país e precisa ser convenientemente apoiada pelo Estado para que a sua acção possa penetrar profundamente na gente moça portuguesa.

I

Sessões e conferências realizadas em liceus e escolas
de Lisboa

MAIO

Dia 19

Sessão inaugural na Sala Portugal da Sociedade de Geografia de Lisboa dedicada à mocidade das Escolas, na qual tomara parte os seguintes estabelecimentos de ensino:

Instituto Feminino de Educação e Trabalho, Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho, Colégio Militar, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, Liceu Normal de Pedro Nunes, Casa Pia de Lisboa, Colégio Vasco da Gama, Escola Nacional, Colégio Infante de Sagres. Nesta sessão foi descerrado o busto do Almirante Ernesto de Vasconcelos.

O sr. Conde de Penha Garcia fez o elogio histórico do saído Almirante Ernesto de Vasconcelos e um dos instituidores da Semana das Colónias, convidando em seguida o neto do que foi Secretário Perpétuo da Sociedade de Geografia, a descerrar o busto de mármore do homenageado.

O sr. Sub-Secretário de Estado das Colónias, que presidia à sessão, concedeu a palavra ao sr. capitão Afonso dos Santos, um dos directores da Sociedade de Geografia e organizador da Semana das Colónias de 1934.

O orador pronunciou um vibrante discurso no qual poz em evidência os progressos da propaganda colonial entre a mocidade portuguesa nos últimos anos, chamando a atenção do Estado para a obra da Semana das Colónias, que necessitava ser apoiada por fundos que lhe permitissem ainda uma maior expansão e eficiência. A Semana das Colónias estava sendo realizada anualmente apenas a expensas da Sociedade de Geografia e com o concurso desinteressado de algumas entidades oficiais e particulares.

Deu-se depois começo à série de demonstrações realizadas por alunos das escolas de Lisboa, que por vários modos manifestaram quanto e como a Ideia Colonial os havia já impressionado profundamente.

No final da sessão o sr. Dr. Francisco Machado fez o elogio da Semana das Colónias, exortando a Sociedade de Geografia a prosseguir na sua obra de propaganda colonial tão brilhante e tão frutuosa já, e terminando por dirigir à mocidade portuguesa algumas palavras de incitamento e de fé, para que soubessem continuar a obra magnífica do Império.

Dia 23

Colégio Militar — Conferência pelo sr. capitão Nunes Vitória, subordinada ao tema "Os pioneiros de Angola". Com filmes da mesma Província.

Liceu D. João de Castro — Conferência pelo sr. Cónego António Miranda de Magalhães, sobre o tema "Aspectos da psicologia africana".

Dia 24

Instituto Feminino de Educação e Trabalho — Conferência pelo sr. tenente-coronel Costa Júnior, sobre o tema "Como com as Colónias Portugal é grande".

Escola Nacional — Conferência pelo sr. capitão Vergílio Pereira da Costa, sobre o tema "Valores e possibilidades das Colónias africanas na economia nacional".

Dia 25

Liceu Camões — Conferência pelo sr. Dr. José Estevão Pinto, sobre o tema "Sua extensão e valor económico".

Escola Académica — Conferência pelo sr. major José de Mendonça Salazar Moscoso, sobre o tema "O momento colonial português".

Liceu de Passos Manuel — Conferência pelo sr. Dr. Côrvo Mendes, sobre o tema "O 4.º Império Colonial do mundo e a sua conservação — Prodigio e orgulho de Portugal".

Escola Comercial de Patrício Prazeres — Conferência pelo sr. Dr. Hermínio Pavela, sobre o tema "O Império Português".

Sociedade de Geografia — Conferência pelo sr. major Gama Ochôa, sobre o tema "A obra colonial dos portugueses".

Dia 26

Liceu Normal de Pedro Nunes — Conferência pelo sr. engenheiro Álvaro da Fontoura, sobre o tema "Caminho de ferro de Benguela". Com filmes sobre o mesmo assunto.

Liceu Gil Vicente — Conferência pelo sr. Professor Dr. Leonel Ribeiro, sobre o tema "Angola". Com filmes de Angola.

Liceu D. Filipa de Lencastre — Conferência pela Professora D. Esmeria da Encarnação e Sousa. Com filmes da Guiné.

Liceu de Maria Amália Vaz de Carvalho — Conferência pelo sr. major José Jacinto de Moura, sobre o tema "Camões e Bodega em Macau".

Colégio Infante de Sagres — Conferência pelo sr. capitão Correia de Campos, sobre o tema "Valor das colónias portuguesas no Oriente". Com filmes da Guiné.

II

Nas Unidades Militares

Em Lisboa

Dia 21

Companhia de Trem Hipomóvel — Conferência por um Oficial da Unidade, sobre o tema "Império colonial".

Dia 23

Grupo de Especialistas — Conferência pelo sr. capitão Francisco de Paula Azevedo e Silva Júnior, sobre o tema "De Lisboa a Macau — Leves referências aos descobrimentos e conquistas — Os portugueses no Extremo-Oriente — Missões religiosas seu papel civilizador". Com filmes de Angola e Moçambique.

Dia 25

Forte da Ameixoeira — Conferência pelo sr. capitão Mateus Moreno, sobre o tema "Acção colonizadora do Estado em Angola". Com filmes de Angola.

Dia 26

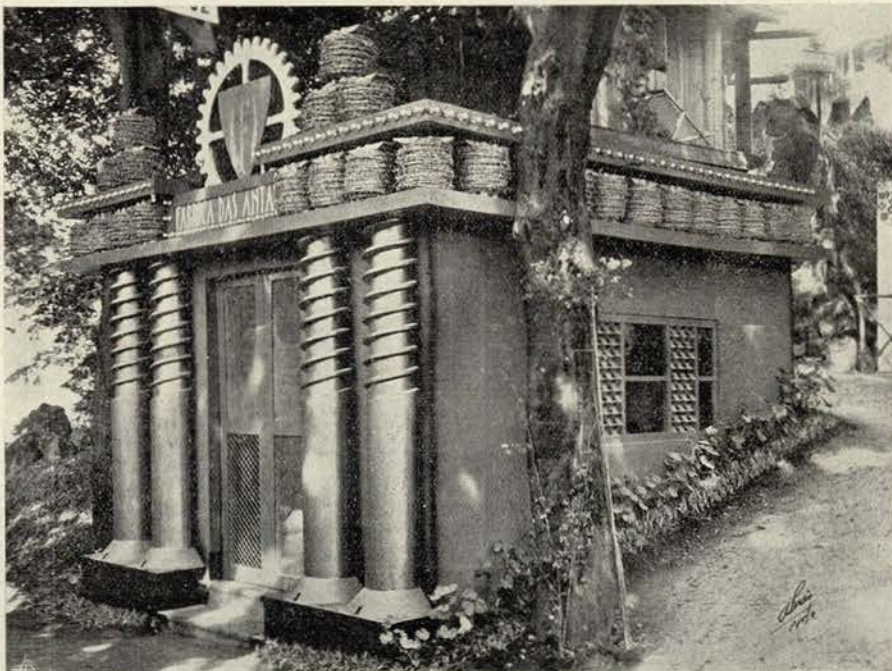
Regimento de Cavalaria 7 — Conferência pelo sr. capitão António Tavares, sobre o tema "Colonização — Condições de vida nas colónias — Vantagens de as conservar como património nacional".

JUNHO

Dia 4

3.ª Companhia de Saúde — Palestra por um Oficial da Unidade sobre "As Colónias Portuguesas". Com filmes de Angola e Moçambique.

PORTUGAL COLONIAL



Stand da Fábrica das Antas na Exposição Colonial do Pôrto

Nas Províncias

MAIO

Dia 21

FARO — Batalhão de Caçadores n.º 4 — Conferências por um Oficial da Unidade, sobre o tema "O Império colonial,,".

AMARANTE — Regimento de Artilharia Ligeira n.º 5 — Palestras sobre as colónias portuguesas por um Oficial da Unidade.

PORTALEGRE — Grupo Mixto Independente de Artilharia de Montanha n.º 14 — Conferências sobre a Guiné, Angola e S. Tomé.

PORTO — 1.ª Região Militar — Distribuição duma circular a tódas as Unidades do seu Comando, pedindo para que um Oficial de cada Unidade faça uma conferência sobre as colónias portuguesas.

TAVIRA — Regimento de Infantaria n.º 4 — Conferência pelo sr. capitão Aleilua da Costa Lopes, sobre o tema "As colónias portuguesas,,".

VILA REAL — Regimento de Infantaria n.º 13 — Conferência por um Oficial da Unidade, sobre a "Orientação da Sociedade de Geografia de Lisboa,,".

Dia 23

COIMBRA — 2.ª Região Militar — Conferência no teatro Avenida, com filmes da Guiné, S. Tomé e Moçambique.

COVILHÃ — Regimento de Infantaria n.º 21 — Conferência pelo sr. capitão Luiz Viçor Tavares Baptista, sobre o tema "Higiene colonial,,"; e pelo sr. tenente António Matoso Pereira, sobre o tema "História da colonização portuguesa e estudo comparado do território português com o de algumas nações consideradas grandes potências,,".

Dia 24

Sessão cinematográfica no teatro Covilhense, com filmes de Moçambique e Angola.

Dia 25

Conferência pelo sr. cônego Fazenda, sobre o tema "A missão de S. Salvador,,".

Dia 26

Conferência pelo sr. capitão Júlio Rodrigues da Silva, sobre o tema "Impressões dum expedicionário à província de Moçambique durante a Grande Guerra,,"; e tenente Joaquim Simões, sobre o tema "A acção de Naulila,,".

Dias 24 e 25

ÉVORA — Regimento de Cavalaria n.º 5 — Conferência na Escola Agrícola da Mitra, pelo sr. Dr. Ventura, sobre o tema "Império colonial português,,".

Conferência no Regimento, pelo sr. major Artur Matias, sobre o tema "Província de Angola: sua história, acção dos portugueses de 1482 até à actualidade, principais campanhas,,".

Dia 26

Na mesma Escola, pelo sr. major Artur Matias, sobre o tema "A província de Angola: sua história, recursos e influência económica na província e na Metrópole,,".

Dia 27

No Salão Central Eborense, conferência pelo sr. major Vital Barbosa, sobre o tema "Império colonial português, sacrificio dos portugueses para manter, desenvolver e colonizar — Província de Moçambique: seu comércio, indústria, agricultura, portos e caminhos de ferro, descrição das cidades de Moçambique e Lourenço Marques,,".

Dia 28

No Regimento de Infantaria n.º 16 — Conferência pelo sr. capitão Remualdo Tavares, sobre o tema "Império colonial: sua história, aproveitamento das forças indígenas para a defesa nacional,,".

Dia 29

No Regimento de Artilharia Ligeira n.º 1 — Conferência

pelo sr. tenente Salgado, sobre o tema "A expansão e colonização portuguesa,, com filmes de Moçambique e Angola. Estas sessões foram abrilhantadas pela Banda do Regimento de Infantaria n.º 16.

III

Conferências realizadas em vários Liceus e Escolas da Província e Ilhas

MAIO

Dia 20

SANTO TIRSO (MINHO)—Instituto Nun'Alvares — Conferência pelo sr. Bento Leite de Castro, sobre o tema "Moçambique,, com filmes.

Dia 21

Conferência pelo sr. Luiz Nunes da Ponte, sobre o tema "S. Tomé,, com filmes.

— Conferência pelo sr. José Moreira Lobo, sobre o tema "O Império Colonial Português,,.

Dia 24

Conferência pelo sr. Vasco Pereira Cabral, sobre o tema "Angola,, com filmes.

Dia 27

Conferência pelo sr. José Monteiro Pacheco, sobre o tema "Macau,, com filmes e inauguração duma Exposição Colonial.

Dia 23

SETÚBAL — Núcleo Pró-Colónias — Conferência no Liceu Bocage pelo sr. capitão Vergílio Pereira da Costa, sobre o tema "O que as Colónias representam na economia nacional,,.

— Alocução pelo Vice-Reitor Dr. António Manuel Gamito.

Dia 25

Conferência pelo sr. cónego Miranda de Magalhães, sobre o tema "Missões religiosas e colonização das Colónias,,.

Dia 24

BRAGANÇA—Liceu Central de Emílio Garcia—Conferência pelo sr. Dr. Joaquim Castelo, sobre o tema "O Império Colonial Português; o que foi, o que é e o que poderá ser,, fazendo o conferente um vibrante apelo à mocidade para que procure honrar a obra dos seus maiores.

Durante a semana

VIANA DO CASTELO — Liceu Nacional Gonçalo Velho — Palestras diárias aos alunos durante a semana pelos professores de Geografia e História.

Dias 25 e 26

VILA REAL—Liceu Central de Emílio Castelo Branco — Preleções pelo Reitor aos seus alunos sobre o significado da Semana das Colónias.

Escola Industrial e Comercial de José Júlio Rodrigues — O director da Escola fez várias preleções aos seus alunos sobre o significado patriótico da Semana das Colónias.

VISEU — Escola Industrial e Comercial de Dr. Azevedo Neves—Preleções durante a Semana aos alunos pelos professores.

Dia 26 de Maio e 3 de Junho

SANTARÉM—Liceu Central de Sá da Bandeira — Conferência com filmes de Angola e Moçambique.

Sessão de propaganda para alunos e suas famílias com Dispositivos.

Câmara Municipal—Sessão pública sobre as Colónias portuguesas.

Dia 29 de Maio e 2 de Junho

BRAGA—Liceu Central de Sá de Miranda — Duas conferências por professoras do liceu, com films de Moçambique, S. Tomé e Caminhos de Ferro de Benguela.

JUNHO

Dia 2

FUNCHAL — Liceu de Jaime Moniz — Conferência pelo sr. tenente Henrique Moniz, sobre o tema "A colonização de Angola,,.

AVEIRO — Liceu de José Estevão — Conferência pelo sr. Dr. Silvério da Rocha e Cunha, sobre o tema "Alguns aspectos históricos do imperialismo português,, com filmes de Angola e S. Tomé.

Dia 26

No mesmo Liceu, conferência pelo sr. Dr. Adriano de Seabra Cancela, sobre o tema "Angola e sua colonização,,.

Dia 3

CHAVES—Liceu de Fernão de Magalhães — Conferência pelo sr. Duarte Osório Fernandes, sobre o tema "Episódios da conquista e colonização do Império,, com filmes da Guiné e Angola.

Durante a semana

PORTO—Liceu Alexandre Herculano—Conferências e palestras aos alunos durante a semana.

Dia 4

CASTELO BRANCO — Câmara Municipal — Conferência pelo sr. tenente-coronel Francisco de Passos, sobre o tema "A nova Constituição da República e o acto colonial — Algumas palavras sobre Moçambique — Novas formas de aproveitamento de algumas riquezas coloniais — Cultura das pérolas naturais, etc. — Novos processos de imunizar as águas potáveis — Missões religiosas de Angola e Moçambique,,.

Dia 6

No Cinema-Teatro Vaz Preto — Conferência pelo sr. Governador Civil, capitão de infantaria Carlos Alberto Godinho, sobre o tema "Timor,, com filmes de Angola, Lourenço Marques e Moçambique.

Dia 9

No Liceu Nun'Alvares—Duas conferências pelos srs. Dr. Afílio A. Rego Martins, sobre o tema "Assuntos coloniais,, e Dr. Jaime Lopes Dias, sobre o tema "Comemoração de Camões,, com distribuição de prémios aos alunos.

Durante a semana

FARO — Escola Industrial e Comercial Tomaz Cabreira — Preleções, palestras e conferências pelos professores de português, História e Geografia, colaborando os alunos com aquarelas e mapas de todas as possessões Africanas.

No Liceu João de Deus—Duas conferências pelos srs. professores Dr. Martins Afonso, sobre o tema "A acção colonizadora dos portugueses,, e Fernandes Lopes sobre "A passagem do Cabo Bojador e as suas conseqüências para a civilização,,.

Dia 22

PORTALEGRE—Liceu Mousinho da Silveira — Conferência pelo sr. capitão Amadeu Casimiro Calejo, sobre o tema "As colónias portuguesas, sua importância económica em relação à Metrópole,, com filmes de Moçambique.

Dia 25

Escola Industrial de Fradesco da Silveira — Conferência pelo sr. capitão António Vicente Teixeira, sobre o tema "Pioneiros de Moçambique,,.

O aspecto geográfico geral

É meu desejo fazer consistir este trabalho apenas na proposição de um problema interessante, que os curiosos, por seus meios, aprofundarão e analisarão. Por isso, me limitarei a focar o fenómeno, localizando-o, e a desprender da sua expressão geral aquela parte que contacta com o nosso interesse e que importa analisar para nosso bem.

Conheço e servem-me de apoio, os trabalhos de Schwarz, professor de Geologia da Universidade de Rhodes, sobre o Deserto do Kalahari, os estudos ingleses sobre o lago Victoria Nyanza,

eram intensas. Existiam os lagos N'gami, Makarikari e Etosha, com uma superfície de cem mil quilómetros quadrados, os quais armazenavam mais de dois bilhões de metros cúbicos de água. Os rios deixam de alimentar estes lagos; os lagos entram, naturalmente, na fase do dessecamento, para o que concorrem, simultânea e intensamente, a sua larga superfície de evaporação, a sua fraca profundidade, visto não se tratar de lagos de origem tectónica, a intensa evaporação, exacerbada pelos ásperos e persistentes ventos dominantes do sudoeste, a grande luminosidade do território, a secura extrema da atmosfera, etc., etc.

A vida animal desaparece: o homem foge; os restantes animais morrem. O regime das chuvas toma o aspecto específico dos desertos; grande irregularidade da distribuição das precipitações e encurtamento sucessivo da estação das chuvas. Por vezes, dilúvios instantâneos que se despedem sobre a terra, provocam torrentes impetuosas, que para nada servem, porque nada pode resistir, no campo bio-fisiológico, aos períodos de seca absoluta de dez e onze meses, durante um ano.

As zonas desérticas avançam...

A chaga Kalahariana roeu e destituiu, desta maneira, as possibilidades de vida em toda a região ocidental, insuficientemente alimentada pelas correntes frias, vindas do Antártico, e avança para a parte oriental do continente africano, tendo já atingido o território do Karroo e outros mais a leste, considerados, ainda há bem poucos anos, como países de clima e tempo regulares. A linha de 10 polegadas de água pluviométrica, características do território em questão, vai recuando para o oriente, com tal incremento, que muito há a recear sobre a vida da Rodésia do Sul e da Bechuana-landia. A situação actual dos lagos, antigos repositórios de água equilibradores do grau higrométrico da atmosfera, não é devida a fenómenos limnológicos de oscilações ou variações periódicas ou seculares dos débitos de alimentação ou

A Invasão do sul de Angola pelo deserto do Kalahari ⁽¹⁾

PELO DR. TORRES GARCIA

único lago equatorial que começa a ser conhecido, os estudos franceses sobre os lagos saharianos Bangonéolo e Tchad, e os trabalhos do sr. Coronel Roma Machado, sobre a hidrografia do Sul de Angola. A estes conhecimentos junto as informações preciosas do Padre Kelling e de Van der Kellen, meu companheiro no Sul de Angola, com quarenta anos de África, e o produto da minha observação pessoal, feita durante os últimos cinco anos, passados no Sul de Angola, que percorri de lés-a-lés.

A carta hidrográfica da região

Seguindo o critério geográfico, devo, antes de mais, localizar o fenómeno. Olhando para a carta hidrográfica do continente africano, verifica-se que uma linha de fêsto, partindo da costa ocidental, pela latitude de Benguela, separa para as bandas do sul, o sistema fluvial zambeziano, sistema em que domina, naturalmente, o rio Zambeze, e que abrange os rios angolanos Cuando, Cubango e Cunene. Estes rios, considerando-os numa determinada época geológica, corriam todos para o sul, na *cuvette* formada pelas terras baixas, rebordeadas pelas características alturas da costa africana.

O professor Schwarz, que percorreu todo o território compreendido entre o rio Orange, escoadouro ou dreno do sistema, e os rios Cunene, Cubango e Zambeze, encontrou ainda desenhados nos terrenos os leitos desses rios na direcção do sul, mais ou menos entulhados pelas areias, e afirma que é recente a abertura da passagem para o mar pelos seus actuais leitos. Antes dessa abertura, toda a zona interior do Sul de África, a começar pelas estepe infinitas do Owampo, onde se encontram situados os nossos territórios do Cuanhama e Cuamato, era um imenso charco como o Bahr-el-Ghazal, no Nilo.

Como a fisionomia das terras se transformou

A fertilidade dos terrenos era assombrosa, o que está em paralela concordância com as verificações feitas nos oásis do Saharâ e nas terras dos rios temperários de Mossâmedes; a população era numerosíssima e as restantes manifestações de actividade biológica

de descarga. Secaram, porque deixaram de ser alimentados e porque o território, abandonado à influência dos meios meteorológicos, se secou no ar, no solo e no sub-solo.

Para demonstrar esta afirmação, trabalhou-se no estudo do fenómeno, com elementos anuais, em ciclos pequenos e grandes (foi-se até à comparação de dois ciclos de dois anos—1874-1896 e 1897-1919) e verificou-se sempre o mesmo: o encurtamento progressivo e fatal do período das chuvas, até à duração máxima de três dias num ano; a transformação das antigas linhas de água permanentes em correntes temporárias e sempre de carácter torrencial; a evaporação quatro a cinco vezes superior às precipitações pluviosas; a formação de vastíssimas estepe salgadas; a acção eólica e erosiva intensa sobre a estrutura rochosa; as torrentes transformadas em vômito de lama líquida; a vida humana reduzida a 25 % da sua existência. A contra prova deste estado de coisas tem sido tirada pelas medidas dos débitos do rio Waal, que o confirmam inteiramente, e pela impossibilidade de vida que se tem criado ao *boers habitantes*.

As populações e os animais retiram...

Em 1917, foram evacuados da região empobrecida 10.409 chefes de família, absolutamente impossibilitados de se sustentarem, ficando ainda ali mais 16.605 chefes de família em perigo eminente de miséria. O Doutor Henderson Ruthwen, numa inspecção de saúde ao distrito de Karroo, verificou que 60 % das crianças das escolas sofriam de nutrição insuficiente.

E isto passa-se com uma raça forte e frugal como a holandesa do Sul de África.

Nas margens e nos leitos dos lagos extintos e de alguns rios encontram-se esqueletos de crocodilos e hipopótamos; os boers do trek, de 1883, ainda caçaram aquelas espécies no lago N'gami; os boers, vindos em 1895, já não encontraram esse lago.

Que o desaparecimento dos lagos explica, só por si, esse formidável desequilíbrio no *facies climático* do país, é evidente. Os

(1) Este artigo foi objecto de uma conferência realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa.

lagos centrais Victoria Nyanza, Tanganica e Niassa, têm uma superfície de 51.128 milhas quadradas e com ela conseguem fazer barreira ao avanço da aridez do sul; os lagos extintos, N'gami, Makarikari e Etosha, dispoendo de superfície sensivelmente igual (50.000 milhas quadradas) deixaram, evidentemente, de realizar a alta função realizadora do clima e do tempo e de constituir a defesa contra os elementos de ordem meteorológica, que, no país, são bastante desfavoráveis à regularidade geo-física.

Comparando-o com o Norte de África, o Professor Schwarz diz que o fenómeno é idêntico ao que se passou com o rio Niger, que tendo alagado durante períodos extensos a depressão Sahariana, também encontrou a sua saída para o mar, deixando atrás de si, a desolação, a fome, a morte.

De facto, os desertos do Sahará e do Kalahari são duas chagas, duas lepras, dois câncrões, que corroem, esterilizam, o velho e caduco continente africano.

A evolução do dessecamento do sul de África

Depois de localizado o fenómeno, vou procurar definir a sua função no tempo, isto é, pôr diante de V. Ex.^{as} a evolução do dessecamento do Sul de África, partindo do princípio racional que éle é devido ao desaparecimento dos lagos e dos rios permanentes.

Começando pelo rio Zambeze, afirma-se que, no século XVI, depois da ocupação portuguesa, ainda éle não tinha rompido a passagem de Victoria Falls e que corria para o lago N'gami. Os antigos Missionários do Zumbo eram desta opinião. Logo que o Zambeze se precipitou no mar, não só deixou de alimentar o lago N'gami, como começou a drená-lo, tirando dele, na época das inundações, as águas que no lago eram lançadas pelos outros dois tributários: o *Cuango* e o *Cubango*. Esta drenagem, feita no sentido inverso, compreende-se, se considerarmos a planura quasi horizontal do sistema e a fácil constituição de obstruções por movimentos das areias e doutros materiais. O Professor Schwarz, entrando em linha de conta com outros factores, concluiu que as águas do Zambeze deixaram de correr para o lago N'gami, há cerca de 250 anos.

O *Cubango* e o *Cuango*, na região do *Tsoa* formavam um grande delta que alimentava também o lago *Makarikari*. As comunicações do *Cubango* com os lagos foram obstruídas, e o *Cubango* ligou-se ao *Cuango* pelo *Selinde*; os dois, depois da junção das suas águas, abriram caminho para o Zambeze.

Dêste facto dão razão as tradições orais encontradas por James Chapmann, em 1853, entre os "Bushmen", e de que Livingstone também teve conhecimento. Segundo aquela tradição, em 1832, ainda existia o lago Sôa, de água doce, onde abundavam o peixe, os crocodilos e os hipopótamos. Este lago Sôa era a parte sul do *Makarikari*.

O sistema lacustre oriental do país desaparecia, assim, com todas as suas consequências desastrosas, e a circulação de nina entre éles e o *Orange*, feita pelo rio *Tamalucau*, larga e pouco profunda depressão, interrompeu-se. Estes factos foram observados *in loco* por Swstlin Wood e Kays, que consideravam as obstruções tão fáceis, que este último chegou a propor ao Soça dos *Batavanas* a reabertura das comunicações do *Cubango* com o lago N'gami, pelo rio *Taufie*, braço-sul do delta *Cubango-Cuango*. O corte instantâneo das comunicações dos lagos N'gami e *Makarikari*, atribuído por Livingstone a um cataclismo cósmico, deveu-se a cheias colossais, havidas cerca de 1820, no *Cubango* e no *Cuango*, as quais, enchendo de caniços as antigas passagens para os lagos, lançaram as águas daquêles rios no Zambeze.

O que foi o regime do Cunene

O rio *Cunene*, noutros tempos, antes de se precipitar no mar pela catarata do Ruakaná, inundava todas as planuras do *Owampo*, provocando ali o que os indígenas chamavam *Efundja*, ou seja a submersão de todos os terrenos baixos, pelo que as populações densíssimas passavam a viver nas eminências. Cultivavam massango, e das lagoas tiravam raízes do lotus e grande quantidade de peixe e sapos, que utilizavam na sua alimentação. A inundação do *Owampo*, fazia-se, principalmente, por três grandes mulolas—Onlongos—denominadas *Ovale*, *Cuamatua* e *Etaca*.

Esta última não vem referida nos mapas, mas está situada ao sul do *Calucue* e *Naulila*. É de crer mesmo, que o *Cunene* chegasse a ligar-se com a zona de inundação do *Cubango*, pois verifica-se pelos estudos da missão do Conde Rohan Chabot, de 1912, que a diferença de nível entre o *Cunene* e o *Cubango* é apreciável, dando ao *Cunene* um *comandamento* sobre o *Cubango* de 150 metros, números redondos. O *Cunene* alimentava, também, o lago *Etosha*, o último que se extinguiu.

As *Mulolas*, que distribuíam as águas do *Cunene*, represadas pela crista do *Ruakaná*, transformaram-se, por inversão, em seus tributários, lançando néle, para agravar mais o mal, as correntes torrenciais, das cada vez mais curtas estações pluviosas. O rio *Cuvelai*, o rio *Chitanda*, e outros que decorriam entre o *Cubango* e o *Cunene* inundando directamente o *Cuanhama* e o *Cuamato* são hoje sangrados pelo *Cunene*, e as toalhas de água, que anualmente cobriam estes países, na direcção dominante Norte-Sul, constituem hoje as *chianas* áridas e tristes que tão especificamente caracterizam aquêles países.

O desaparecimento do *Etosha* e das inundações anuais, tornaram a região inhabitável e os aspectos, que ela hoje oferece são verdadeiramente desoladores. A modificação nas condições cosmo-felúricas e biológicas é profunda e assustadora, mas, por necessidade de ordem didáctica, só as tratarei com desenvolvimento na segunda parte das minhas considerações.

Um grito de alarme

Diante dêste espectáculo tenebroso, o Professor Schwarz resolveu lançar um grito de alarme e publicou o seu livro *The Kalahari or Thutstland Redemption*. Socorreu-se da imprensa e das conferências, mas, a-pesar-do interesse científico dos seus trabalhos, que o colocam ao lado dos maiores geógrafos do mundo, não conseguiu comover a opinião pública da África do Sul. Ao lado das suas conclusões científicas e baseando-se nelas, apresentou a solução lógica e natural que o problema comportava.

Se as condições geográficas do meio se tinham modificado pelo desaparecimento dos lagos e das inundações, elas seriam refeitas pelo enchimento dos lagos à custa dos bilhões de metros cúbicos de água que, hoje, em pura perda, escorrem para o mar, através dos caudais do *Cunene*, *Cubango* e *Cuango*. Raciocínio e solução aparentemente apriorísticos, mas que é preciso considerar com atenção.

As soluções do problema

As soluções, por mais complicadas que sejam os problemas, são sempre simples ou de ordem linear. O que é necessário é que elas derivem de um estudo sério e meticuloso do problema.

Assim sucede a respeito dos estudos e soluções do Doutor Schwarz. Para reconstituir os lagos *Makarikari*, *N'gami* e *Etosha*, seriam precisos dois diques: um no rio *Cuango*, outro no rio *Cunene*, que constituíam, geograficamente, a solução ocidental e a solução oriental; Não fala no *Zambeze*, por julgar impossível tocar no *Victoria Falls* por motivos turísticos e hidro-eléctricos, e por considerar suficientes as águas do *Cuango*, *Cubango* e *Cunene*. O dique no *Cuango* seria construído pouco mais ou menos a 40 milhas da sua confluência com o *Zambeze* e obrigaria o rio a retomar a direcção do *Kalahari* e a internar-se néle através dos antigos canais, devendo ao segundo ano ter atingido e refeito o lago *Makarikari*. A construção dêste dique seria acompanhada pela obstrução do *Selinde*, que uniu o *Cubango* ao *Cuango*, tornando-se assim, o primeiro novamente independente e tributário do lago N'gami, e pela limpeza no braço-sul *Theoga* ou *Taufie*—do rio *Cubango*.

O dique, no rio *Cunene*, devia ser construído pouco a montante da catarata do *Ruakaná*, para as águas represadas poderem de novo fazer funcionar as mulolas de alimentação do *Etosha* e de inundação do *Owampo*.

Devia por este processo pôr-se a circular, no antigo sistema *Owampo-Orange*, uma massa líquida de oito bilhões de metros cúbicos anuais e com esta circulação ver-se-iam modificadas as condições climatéricas, biológicas e económicas do imenso território em questão.

Baldados esforços...

Esta solução foi recebida com reserva pelo mundo técnico, que optou pelos diques, barragens, perfurações, etc. Alguns diques, como o de *Bloemfontein*, encheram-se, a breve trecho, de lama, custando a sua limpeza mais dinheiro do que os dois diques propostos por Schwarz. As brigadas de pesquisa de água e perfuração têm custado imenso dinheiro, sem que a rehumidificação da atmosfera se tenha conseguido.

A rega sistemática produziu o fenómeno da afloração do *brak*, sais de sódio, potássio, magnésio e cálcio, que esterilizam as terras. O ponto de vista geográfico de Schwarz, todo de carácter continental, há-de impressionar, em pouco tempo, os países interessados na salvação dos imensos territórios aniquilados pela seca, e ser admitido no campo técnico como a solução mais razoável. Porque assim penso, e vejo vantagem na sua divulgação, atrevi-me

a expô-la; mas o meu maior interesse é despertado pela estreita correlação que o assunto tem com o sul da nossa grande Colónia de Angola.

O estudo dessa correlação, que constitui a segunda parte do meu trabalho, importa ao ressurgimento económico de uma região intensa, onde a pecuária tem o primeiro lugar, e onde o esforço português contemporâneo está marcado por esforçados e trabalhos feitos militares.

II

O problema português

A região que bordeja o Kalahári, pelo norte, abrange toda a nossa fronteira do Sul de Angola.

Para o estudo das influências e conseqüências do dessecamento da África do Sul e correlativo alargamento do Kalahári para o norte, dividimos a fronteira do Sul de Angola em três troços: o primeiro constituído pelo rio Cunene, desde a foz até ao Ruakaná; o segundo, desde a catarata do Ruakaná até ao rio Cubango; e o terceiro, desde o Cuangar, no Cubango, até ao extremo oriental, no Cuando. O nosso território, confinante com o primeiro troço, é deshabitado, e na maior parte desértico, submetido a uma acção eólica intensíssima, com raríssimos pontos de água fortemente salobra ou salgada. O imposto cobrado em toda a circunscrição de Pôrto Alexandre em 1929-1930, foi de 28.912 angolares, que corresponde a menos de 400 contribuintes, na maioria pescadores.

O Coronel Roma Machado, Coronel Paiva, Missão Pinto Ferreira, Rohan Chabot, conheceram e estudaram a região. Ulfimamente a foz do Cunene foi visitada por bastante gente e nela foram feitas demoradas pesquisas pelos prospectores da Companhia dos Diamantes.

Considerando e pesando bem as conclusões a que chegaram todos os visitantes estudiosos, verifica-se que esta região só muito indirectamente e em grau pouco sensível pode ser modificada pela grande solução Schwarz. Podem nela realizar-se obras de interesse económico local, como sejam: o fornecimento de água à Baía dos Tigres, o aproveitamento de trezentos hectares de terras agricultáveis, na margem direita e ilhotas do pequeno estuário do Cunene para abastecimento de frescos à Baía dos Tigres, onde a insuficiente e imprópria alimentação provoca a endemia do escorbuto, e garantir a manutenção do Pôrto da Foz do Cunene, ainda hoje desocupado por carência de acesso e de meios de vida; a arborização de certas parcelas que circundam as praias habitáveis, em continuação do muito que já foi feito à volta de Pôrto Alexandre, pelos serviços de Fixação de Dunas, criado pelo ilustre e grande Alto Comissário Vicente Ferreira; o aproveitamento do grande quadrilátero Cunene-Koroka, Oceano-Chela, palácio encantado de Elefantes, Rinocerontes, Leões e variadíssimos Antílopes, como grande reserva de caça, tendo como base um bom hotel, em Mossamedes, e pequenos albergues no interior da reserva, junto dos escassos locais de água potável que lá existem. Pretender ir mais além, localmente, seria loucura.

O exodo dos Korokas

É certo que em época recente, a tribo Koroka era numerosa — em 1860 contava 6.000 almas — e que os agricultores-comerciantes instalados em S. João do Sul, Carvalhão, Restauração, Alexandre e Kimilunga, entre os quais é dever destacar o glorioso colono Serafim de Figueiredo, faziam largo negócio com Hotentotes e Muiximas, vindos da Pédiva, Chábica, Otchinjau e de além Cunene, e que o desaparecimento desta gente — no Koroka de hoje há apenas 60 a 70 pessoas — tem de atribuir-se ao dessecamento da Zona. Os Korokas dispersaram-se, encostando-se à Serra da Chela e emigraram para o Norte, para o Cairofa e Mundas do Huambo, na parte norte do distrito de Mossamedes, e a causa dessa dispersão, segundo conversa que tive com alguns, na região de Capangombe, foi efectivamente, a falta de água para as culturas e para os gados. Além desta causa, parece-me que outra houve, que a prudência característica do preto diante do branco não deixa referir; a ocupação de todos os terrenos agricultáveis do rio, pelos colonos brancos e a falta de constituição de reservas indígenas, rigorosamente defendidas pela autoridade, a quando da libertação dos trabalhadores-escravos.

A repovoação das terras dos Korokas é necessária

rokas é necessária

Julgo que uma obra de colonização indígena, nos terrenos agora quasi completamente abandonados, e que deveriam ser convenientemente parcelados, faria voltar às suas antigas terras muitos Korokas. Esta convicção é fundamentada, também, em largas conversas que tive com alguns deles, mais ou menos civilizados pelo contacto com os antigos agricultores.

Este é o esquema das realizações possíveis na primeira Zona que estamos estudando.

O 2.º troço do território fronteiriço — Ruakaná, Cubango — é muito mais importante, sob qualquer dos aspectos porque o encaremos.

É nelle que se encontra quasi todo o distrito da Huila, centro de maior valia no campo da colonização, e que foi o campo de operações notabilíssimas da nossa acção ocupadora.

Fixemos em 400 quilómetros a profundidade do território fronteiriço, que convém estudar e dividamo-lo em duas sub-regiões: a 1.ª, constituída pelos terrenos da margem direita do Cunene, e a 2.ª, constituída pelos da margem esquerda.

Na primeira sub-região, encontramos, para nos cingirmos à nomenclatura tradicional, as zonas do Gambos, do Otchinjau e do Humbe, e, em parte, da Chibia.

Estas zonas eram habitadíssimas em época recente: o Humbe arrolava, em 1907, 80.000 pretos: os Gambos, com o Pocolo, eram um formigueiro de gente, o Otchinjau, menos conhecido nessa época, era bastante populoso e a Chibia, ainda em 1885, a quando da chegada dos primeiros boers, era fartamente guarneçada de população indígena.

Pontos notáveis, pela sua população, eram o Dongoena e Quiteve, no Humbe, Dongue, Gambos, Pocolo, Mulondo, Jau e Bâta-Bâta nas outras zonas. Os rios, como o Caculovar, Ediva, Palanca, etc., eram permanentes ou corriam pelo menos dez meses durante o ano. As chuvas distribuíam-se regularmente pela estação respectiva, de Outubro a Abril. As culturas do milho, do massango e da massambala eram suficientes para toda a população; a criação dos gados — bois, carneiros e cabras — era sedentária e abundante. O marfim, as peles, a cera, os mantimentos e os gados provocavam a instalação de comerciantes portugueses em todo o território e o movimento era tal que a colónia boer pôde manter-se muitos anos só com a indústria dos transportes.

As colónias de madeirenses

As colónias de madeirenses encontraram condições mesológicas favoráveis e fixaram-se perduravelmente no triângulo — Lubango-Humpata-Chibia. A condição favorável que mais interveio na fixação dessas colónias foi a abundância de água, pois que a qualidade das terras não era nem é das melhores.

As missões católicas, encontrando a região cheia de gente para catequizar e os elementos necessários para viverem, instalaram-se no Munhino, na Huila, no Tchinvigüiro, no Jau, na Quihita, no Tchipepe, no Tchipelongo e no Tchíulo (Humbe).

A autoridade para se instalar e manter teve que lutar com massas enormes de indígenas, e ainda são dos nossos dias as acções militares, custosas e brilhantes, que tiveram de se efectuar naquelas paragens.

No Lubango desenvolveu-se um comércio intenso e próspero, que destacou filiais para toda a zona, fazendo, ao lado da autoridade, uma ocupação, discutível para muitos, sob o ponto de vista político, mas positiva no sentido económico. O que resta hoje de tudo isto?

A situação actual da região é desoladora

A população indígena está reduzida a menos de uma quarta parte, dispersa e miserável.

O comércio está em ruína e quasi desaparecido dos lugares tradicionais: o Humbe tem apenas uma casa comercial; os Gambos, outra, e assim um pouco por toda a parte.

A cultura do milho foi abandonada para o sul dos Gambos e substituída pela do sorgo.

A força pública para manter a soberania é quasi desnecessária: os cipaios chegam.

Os rios não correm senão em poucos dias, durante o ano; as chuvas tornam-se cada vez mais irregulares e, quando caem, tomam o aspecto torrencial.

A secura do ambiente é tal que oito dias depois das chuvas as plantações estão secas e quasi queimadas.

As pastagens admiráveis de outros tempos têm a mesma sorte

e, a partir de Maio, já não se encontra um pé de capim verde. Os ventos e a secura do ar vaporizam toda a humidade do solo, sub-solo e das florestas.

Mais de metade das terras arroteadas pelos colonos da Chibia estão abandonadas por falta de água: os tratos de terreno que ainda podem ser regados, salgam-se. A população branca, foge, indo instalar-se noutras regiões como Caconda e Chinguar, mais ao norte.

É esta situação agrava-se dia a dia, não sendo arrêjo possível afirmar que o país ficará inhabitável dentro de alguma décadas.

O perigo pode conjurar-se

Parece, porém, que é possível dominar, ou pelo menos, atenuar esse perigo, modificando as condições actuais do clima da sub-região, pelo aproveitamento judicioso das águas que anualmente caem no território.

Para se fazer esse aproveitamento, é necessário estudar as precipitações pluviosas locais e os débitos dos rios que, atravessando a sub-região, por ela fazem passar massas de água importantes, oriundas dos territórios que o limitam pelo Norte. Esses rios são o Caculovar e o Cunene. Não há estudos que definam as suas curvas de caudal e de escoamento, mas podemos atribuir-lhes caudais de cheia muito elevados e escoamentos de carácter torrencial.

O Caculovar, que muito interessa, por atravessar a sub-região no sentido Noroeste-Sueste, num percurso de 300 quilómetros, despeja no Cunene alguns milhões de metros cúbicos de água em regime de escoamento caracteristicamente torrencial, chegando as grandes avalanches a ter, por vezes, duração apenas de algumas horas. A velocidade com que correm as águas não permite, sequer, grandes infiltrações nos terrenos marginais, o que se verifica pela escassez de água no sub-solo, que nem sequer chega para alimentar poços ou cacimbas abundantes e regulares, durante a época seca. Isto quer dizer que as águas do Caculovar perdem-se no escoadoiro do Cunene sem beneficiarem a região que atravessam. Parece, pois, indicado que se faça o seu aproveitamento por barragens sucessivas, constituindo uma verdadeira *escada de água* que permaneceria durante toda ou quase toda a época seca. Os efeitos desta armazenagem seriam:

- a) a humedificação do ambiente, elemento modificador do clima;
- b) os alagamentos e infiltrações nos terrenos marginais;
- c) a alimentação de bebedouros numerosos;
- d) a manutenção de núcleos de pastos verdes nos terrenos humedecidos;
- e) a distribuição e fixação da população humana e pecuária pelo território melhorado.

As barragens impõem-se

As barragens, feitas sem preocupações de grande técnica seriam construídas, sob a orientação dos serviços pecuários, pela autoridade civil, pelos núcleos militares e pelos indígenas.

Pela experiência que fiz no rio Ediva, onde construí uma barragem, verifiquei que as águas armazenadas devem ser sequestradas do contacto directo dos gados e aproveitar-se por meio de poços abertos nos terrenos marginais, o que permite a sua filtragem através da camada do terreno intercalar.

O Cunene, de corrente permanente, mas com uma curva de débito e de escoamento torrencial, pode e deve ser chamado ao beneficiamento da sub-região em questão, ou seja a sua margem direita, fazendo-se com que, no Capelongo, parte do seu caudal de cheia derive para a depressão que decorre entre as alturas que o bordam por Oeste e a linha de fésto onde se encontram os morros da Lufinda, Quihita e Gambos, no sentido de provocar alagamentos que poderão, dada a orografia do território, atingir o Humbe, e obrigando a reter a massa enorme das suas enchentes por uma barragem que alteasse de 10 a 12 metros a crista da calarata do Ruakaná, de maneira a provocar o alagamento durável dos territórios a montante. Esta intervenção do Cunene produziria cumulativamente efeitos apreciáveis na rehumidificação da atmosfera e decisivos no repovoamento e progresso económico da região.

Os dois sistemas hidrográficos secundários

Além destes dois rios, que constituem as nervuras hidrográficas principais da região, devemos considerar a rede de linhas de água secundárias, que a irriga. Essa rede é constituída por dois sistemas independentes: o de Leste e o de Oeste, separados pela linha de alturas que decorre de Norte para Sul, como prolonga-

mento da Serra da Chela, dividindo as bacias hidrográficas do Béro, Koroka, do rio dos Elefantes e da do Cunene.

O sistema Leste onde encontramos, entre muitos outros, os rios da Ediva, do Caluvango, do Chicussi, é caracterizadamente temporário e torrencial. As precipitações pluviosas são aqui insignificantes e curfíssimas, podendo, em face dos registos feitos na Ediva, fixar-se a sua média anual em 250 m/m e caídas em 12 dias médios de chuva. Mas como as bacias de alimentação têm superfícies enormes, as torrentes são volumosas e extremamente rápidas. A situação criada por este regimen ao povoamento humano e pecuário do país é simplesmente assustador.

Os indígenas não podem fazer culturas que os alimentem, e os gados não podem ter a vida sedentária que convém à sua económica, produtiva e melhorada exploração. Daí o despovoamento do território e a improgessividade da sua riqueza pecuária. A falta de água é tanta que já não permite a cultura do massango, a mais rústica de todas, e provoca mortalidades enormes nas criações de gado. Deve modificar-se esta situação pela multiplicação ilimitada de locais de água, pela construção de barragens que produzam os mesmos efeitos que atribuímos ao do Caculovar.

O sistema Oeste, que cobre as excelentes e admiráveis regiões de pastos da Etaca, do Olchinjau, da T'Chipa, Catotorinde, da Chabicua e do Chitato, é constituído como já dissemos, pelos cursos de água que constituem as cabeceiras do Béro, do Koroka e rio dos Elefantes as quais têm todas o mesmo regimen do sistema Leste. Este regimen provoca os mesmos efeitos desastrosos, podendo considerar-se o território, onde exerce a sua influência, uma região deshabitada. Pelos registos pluviométricos feitos na Palanca do Olchinjau, verifica-se que as precipitações anuais dão uma média, ou cinco anos, de 200 m/m caídos em 3 ou 4 dias de chuva. Mas as torrentes continuam, aqui, a ser volumosas e vertiginosas, o que aconselha a sua retenção pelo processo e para os efeitos que apontamos anteriormente.

As características climáticas e hidro-lógicas do Além-Cunene

Passando à margem esquerda do Cunene, vamos estudar a situação climática e hidrográfica do segundo trço da fronteira, Ruakaná-Cuangar, e dos territórios confinantes, fixando também a profundidade destes em 400 quilómetros.

Dividamos o imenso território assim definido nas suas regiões tradicionais: Cassinga, Mupa, Evale, Cuamato, Cuanhama e Chimporo, para podermos sistematizar o seu estudo. Começando pelo Norte, detenhamo-nos no território de Cassinga, entalado entre os cursos superiores do Cunene e do Cubango. Este território, outrora razoavelmente povoado, não tem hoje quasi ninguém, e isso é devido à escassez crescente das chuvas e ao correlativo enfraquecimento dos cursos de água, que o irrigavam, provenientes das terras do Norte. Ainda em 1896 e anos seguintes se lavavam areias na época seca, no rio de Cassinga, que hoje não tem uma gota de água naquela época. Em 1908, ainda as condições naturais daquele território permitiram estabelecer a linha de *étapes* que levava até ao Cuangar, pelo Posto A. Hoje não é possível, sequer, tentar a passagem, porque os gados dos carros e o pessoal condutor morreriam de fome. O rio intermédio—o Cuvelai—que ia inundar, com o Chitanda, o Cuamato e o Cuanhama tem uma duração efémera e de carácter puramente torrencial, deixando apenas alguns covões cheios de água, imediatamente ao norte de Mupa.

Parece, também, que o rio de Cassinga, tendo rompido o bordo alto da margem esquerda do Cunene, lança para este as águas das enchentes que antigamente se dirigiam para o Sul, alagando as chanas características da zona que estamos tratando. Como modificar a situação?

Ainda as represas seriam a solução

Penso que os remédios estão ainda no represamento das águas e no seu encaminhamento para sul. A região de Mupa, que se segue para Sul, está nas mesmas condições e, sendo uma região de bons pastos, não é hoje capaz de assegurar explorações pecuárias dignas desse nome. A maneira que vamos correndo para Sul, a situação agrava-se ainda mais, pois o Evale, o Cafu e Cafima não têm hoje condições de vida. Na latitude destes lugares já não correm rios dignos deste nome e os terrenos são sangrados pelas mulolas que se abriam para o Cunene. Nesta zona, que seria essencialmente beneficiada pelas obras feitas ao Norte, só havia a fazer a tapagem das mulolas que correm para o Cunene, de maneira a encharcar os terrenos do inferior. Considerando, por último, o Cuamato, o Cuanhama e o Chimporo, hoje quasi desérticos, verifica-se facilmente que a sua modificação no sentido do regresso

à sua antiga riqueza populacional e pecuária depende dos trabalhos feitos nas zonas atrás referidas.

No dia em que se puder assegurar o alagamento anual das chanas do Cuamato, do Cuanhama e do Chimporo, teremos salvas essas regiões e defendidas do dessecamento progressivo actual tôdas aquelas que lhes ficam ao Norte.

Será possível aproveitar para esse efeito os caudais de cheia do Cunene e do Cubango? Não sabemos responder, mas estamos certos que valia a pena estudar a hipótes e transformá-la numa realidade.

A zona Cuangar-Cubango

Passemos ainda o Cubango e internemo-nos nos territórios confinantes com o terceiro trço da fronteira que consideramos para o nosso estudo: Cuangar-Cuando.

Este território, pela análise da carta e pelas informações de Van der Kellen, que o atravessou em todos os sentidos, é irrigado por um grande e denso feixe de linhas de água, todas tributárias do Cubango e do Cuando, com a direcção geral Norte-Sul ou Noroeste-Sueste, mas só o Cubango e o Cuando, desenvolvendo-se em vales fundos e apertados, são permanentes. Todos os outros sendo temporários e torrenciais, não garantem a vida ao homem, razão porque essas imensas regiões estão praticamente despovoadas. Ainda ultimamente já morrendo de sede e de fome uma missão veterinária que, em reconhecimento, percorreu a região. O seu relatório há-de necessariamente pôr em relêvo a situação miserável em que ela se encontra. Será possível fazer represamentos e alagamentos a Leste do Lubango?

Se o for, poderemos dar novas condições de vida à região e valorizá-la economicamente.

Se o não for, poderemos considerá-la perdida para qualquer espécie de aproveitamento.

Com estas considerações, sumárias e ligeiras, pretendo, como disse a princípio, fazer a proposição de um problema e despertar o interêsse público e governativo pelas suas soluções que devem basear-se, logicamente, em estudos conscienciosos e completos.

Considerações finais

Antes de terminar, julgo necessário precisar mais claramente algumas ideias. Quando falo no aproveitamento das águas no Sul de Angola, não me quero referir a um problema de rega. A constituição arenosa dos terrenos e a alta dose de sais potássicos, sódicos e magnésicos, que contém, tornariam a tentativa da rega uma coisa ridícula e contraprodcente. O nosso problema consiste no alagamento para efeitos climatéricos, em activar a rehumidificação atmosférica, e no repovoamento, pela fixação do indígena nos terrenos emergentes, que viria a ser alimentado pelas culturas feitas nos terrenos alagados depois de postos a descoberto pelo sucessivo abaixamento das águas eslaçadas.

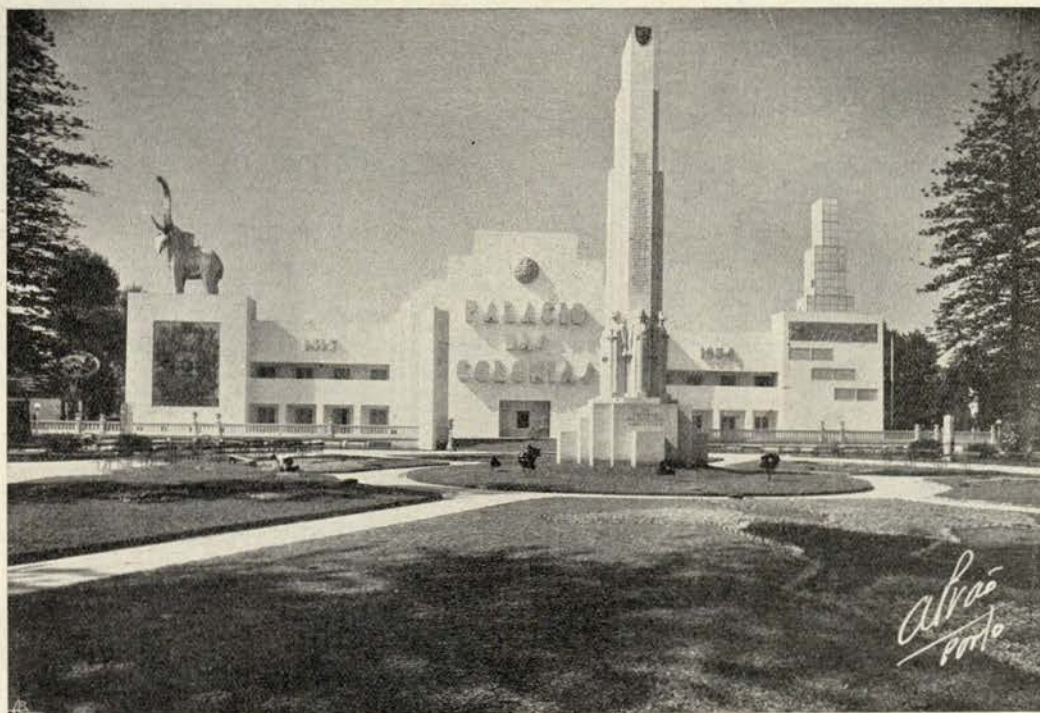
Refeito assim o meio, tal qual êle era em épocas próximas, poderemos então pensar em melhoramentos zootécnicos e dar significação económica às Estações e Postos de Reprodução, que, na situação actual, representam muita dedicação, muito zelo e muita iniciativa dos nossos veterinários, e nada mais.

Metendo foíce em seara alheia, julgo também necessário acomodar o melhoramento zootécnico às condições do meio e que êle deve progredir a par e passo dos progressos realizados nas pastagens verdes e na multiplicação dos locais de água.

A execução dos estudos e trabalhos a realizar deve ser entregue a uma brigada veterinária em cuja composição entre um técnico de hidráulica, brigada constantemente assistida pela acção dos agentes da autoridade e dos chefes indígenas. Mas é necessário que a unidade de acção seja estabelecida e imposta pela autoridade suprema da Colónia e que os executantes sejam elementos adaptáveis às realidades do meio, através dum autêntico mimetismo técnico, e que procurem tirar do sucesso da sua obra o orgulho legítimo da sua actuação patriótica.

Será assim, dando vida ao que tanta vida custou, que mais uma vez honraremos as tradições gloriosas do nosso passado de civilizadores e de beneméritos da humanidade.

EXPOSIÇÃO COLONIAL PORTUGUESA



Monumento ao Esfôrço colonizador português e o Palácio das Colónias

Alguns dos mais recentes elementos de informação económica e demográfica sobre as Colónias Portuguesas

(CONTINUAÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR)

CABO VERDE

Balança Comercial

Anos	Importação	Exportação
1931	28.779.284\$33	2.317.135\$90
1932	33.729.812\$51	2.724.375\$50
1933	21.313.324\$50	2.906.211\$53

GUINÉ

Comércio Especial

Anos	Importação	Exportação
1930	39.719.364	35.831.110
1931	18.360.852	29.467.670
1932	26.246.609	36.023.893

S. TOMÉ E PRÍNCIPE

O cacau é o produto que constitui maior massa de exportação das duas ilhas imperando nela com uma percentagem que anda à volta de 75 o/0. A produção em toneladas e valor em milhares de contos de cacau, são:

Anos	Toneladas	Contos
1929	18.528	65.130
1930	9.645	23.568
1931	14.174	26.802
1932	10.516	21.183

A exportação desta Colónia é a seguinte:

Produtos	ANOS		
	1913	1923	1932
Café.....	36.500	11.909	10.516
Cacau.....	691	282	623
Coconote...	1.279	2.369	3.319

ÍNDIA

População — Censo de 1931

Distritos	Fogos	População	Nº de fogos por K. ²	Densidade da população
Total.....	127.180	579.970	33	153
Goa.....	111.864	505.281	33	149
Damão.....	11.462	58.001	33	167
Diu.....	3.854	16.688	105	456

A população tem um pequeno contingente de metropolitanos, 141, e 16.586 estrangeiros, quasi todos de origem hindu-britânica.

Área

A Índia Portuguesa ocupa uma área de 3.606,09 quilómetros quadrados. O seu maior comprimento, de Norte a Sul é de 105 quilómetros, a maior largura, de Leste a Oeste, é de 60 quilómetros.

Estradas

Possui uma rede de estradas que, dia a dia se vem aperfeiçoando e que presentemente cobre a seguinte quilometragem:

Distrito de Goa

Estradas Nacionais.....	387.549,38
Estradas Municipais.....	235.328,75

Distrito de Damão

Estradas Nacionais.....	38.019,32
-------------------------	-----------

Distrito de Diu

Estradas Nacionais.....	17.713,00
-------------------------	-----------

Importação

O número representativo da importação é de 16.100.000 rúpias, 100.000 refere a importação nacional e 15 milhões e meio a estrangeira. Para uma melhor compreensão ainda se deve desdobrar o número da importação nacional assim: 200 rúpias de produtos da Metrópole e 400 mil das Colónias portuguesas, das quais 300 mil dizem respeito a Moçambique e ao seu açúcar.

As principais mercadorias importadas são:

Valores em Rúpias

Designação	ANOS		
	1928	1929	1930
Arroz sem casca.....	2.613.684	2.304.362	2.604.580
Arroz com casca.....	1.088.253	986.976	980.842
Tecidos de algodão....	1.842.905	1.921.789	1.768.926
Açúcar.....	725.255	781.755	576.860
Tabaco em fôlha.....	516.602	463.108	424.675

As principais mercadorias exportadas são: frutos de coqueiro, mangas, copra, areka, noz de acajou, peixe seco e salgado, sal e manganês. Totalizando a exportação:

Em 1928.....	220.346
" 1929.....	258.751
" 1930.....	273.527

O solo da Índia presta-se admiravelmente ao desenvolvimento da agricultura. As culturas mais importantes é a do arroz e a do coqueiro. A colónia possui preciosas florestas onde se encontram especialmente madeiras de toca, tisso, jambo e morate. A riqueza pecuária também é valiosa. Abundam os bois, búfalos cavalos, porcos, cabras, carneiros, num total de 700.000 cabeças.

As indústrias extrativas propriamente ditas estabelecidas na Índia consistem em:

- 1) A extração da pedra da rocha katérica.
- 2) A exploração de jazigos de manganês.
- 3) A exploração de jazigos de ferro.
- 4) O fabrico de sal marinho.

De todas as enumeradas a mais importante é a do sal cuja produção chega a atingir 40.000 toneladas.

Como nota final vai a exportação do minério de manganês no triénio de 1929/31:

Destino	1929	1930	1931
Antuérpia.....	2.544	556	300
Baldimose.....	2.326	526	2.095
Dariem.....		3.000	
Total.....	4.870	4.082	2.393

MACAU

A Colónia de Macau compõe-se da península de Macau e das ilhas da Taipa e Coloane. A área total da Colónia é de 14.098 m.² dos quais: 2.527 na península, 2.421 na ilha da Taipa e 6.329 na ilha de Coloane. A sua população deve atingir neste momento 250.000 habitantes se olharmos ao movimento populacional dos últimos 20 anos. O quadro seguinte dará uma ideia do seu incremento:

	1910	1920	1927
Cidade de Macau.....	66.499	76.972	148.456
Ilha de Taipa.....	6.002	4.854	5.595
Ilha de Coloane.....	2.365	2.153	3.124
	74.866	83.984	157.175

O movimento comercial da Colónia foi o seguinte em três quinquénios:

1918.....	\$25.000.000	Patacas
1923.....	\$48.747.800	"
1928.....	\$23.339.000	"

Exportação

As exportações da Colónia ascenderam em 1933 a 16.660.140,00 patacas.

Importação

As importações da Colónia subiram em 1933 a 38.783.720 patacas.

O movimento de passageiros no pòrto de Macau nos três últimos quinquénios foi o seguinte:

Anos	Entradas	Saídas
1923.....	296.357	313.244
1928.....	396.795	394.796
1933.....	576.231	583.647

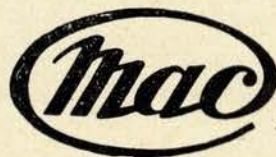
As entradas e saídas de navios de longo curso grande e pequena cabotagem e juncos de carga chinesa foi em 1933:

Entradas.....	5.932	unidades
Saídas.....	6.436	"

TIMOR

População

Concelhos e Circunscrições	Número de fogos	Habitantes	SEGUNDO A NATURALIDADE			
			Da Metrópole	Da Colónia	Outras Colónias	Estrangeiro
Dili.....	3.742	11.277	184	9.851	154	184
Aileu.....	7.122	67.264	32	66.910	6	22
Baucan.....	674	76.842	16	76.694	3	21
Bobonaro.....	8.613	53.805	26	53.633	—	22
Cova-Lima.....	3.447	19.706	7	19.669	—	9
Hafo-Lia.....	9.432	57.828	48	57.532	3	—
	33.030	286.722	313	284.289	166	258
Lautem.....	5.893	27.203	14	27.118	2	—
Liquiça.....	7.125	42.073	24	41.570	3	—
Manatuto.....	6.774	27.412	14	27.305	11	12
Mmifar.....	3.672	21.394	9	21.365	1	10
Okuss.....	2.708	11.919	7	11.900	4	—
	79.226	416.363	361	413.147	187	275
Iuro.....	2.624	16.758	—	16.719	—	1
Viqueque.....	13.331	39.100	22	39.018	—	21
	185.181	472.221	408	468.884	187	317



ESTA MARCA É UM
SÍMBOLO DE CONFIANÇA

Leiam a "Portugal Colonial"

Revista de propaganda
e expansão colonial

DA IMPRENSA

IMPRENSA
ESTRAN-
GEIRA

T R A N S

data, acabava de ser nomeado comandante do território do Ain-Setra, primeiro lugar que lhe dava a possibilidade de interferir directamente nos acontecimentos que se desenrolassem nos confins algero-marroquinos.

Era pela Algéria, conquistada e pacificada durante três quartos de século, que se ia tentar fazer a conquista e a pacificação do turbulento e caótico Maghreb.

Lyautey tinha então 50 anos. Conservou-se até ao fim da vida exactamente como me apareceu a primeira vez; os anos passaram sobre ele sem deixar o menor vestígio.

Grande, esbelto e seco, nervoso e cheio de raça, muito elegante, muito cuidado, mas ao mesmo tempo muito natural na sua compostura, quer estivesse em uniforme ou em "pékín", muito "chic", a primeira impressão que produzia pelas suas palavras e pelos seus gestos era a de um extraordinário, de um prodigioso dinamismo. Havia electricidade e magnetismo em tudo o que dizia e em tudo o que fazia.

Aqueles que por qualquer circunstância se aproximavam d'ele sofriam invariavelmente, quer quisessem quer não, da influência misteriosa d'este fluido todo-poderoso.

Por isto se explica, sem dúvida, uma grande parte dos seus triunfos ou, para falar como os Anglosaxões, dos seus "achievements".

Todos os grandes condutores de homens, todos os conquistadores, todos os heróis, no sentido antigo do termo, possuem aquele magnetismo.

Foch possuía-o no mais alto grau, e ninguém o teve maior do que Napoleão.

Uma conversação confusa, sacudida, tóda em músculos e sem qualquer gordura, exactamente como a sua imagem; elipses, "raccourcis", de expressões, palavras arrebatadas, que não era senão uma expressão exterior, digamos antes a brusca explosão de um temperamento ardente e apaixonado.

Porque o ardor e a paixão são os caracteres dominantes da sua natureza impetuosa.

Estava já naquele momento de posse do método que applicou em tódas as suas campanhas marroquinas com um brilhante sucesso.

Onde fóra buscá-lo?

Quando há três anos percorri o Alto-Tonkin encontrei perto da fronteira chinesa, em Langson, uma modesta casita — piedosamente conservada como um museu. Era o escritório do Comandante Lyautey, então chefe de Estado-Maior de Gallieni. Foi junto d'este último que ele fez os primeiros passos como conquistador colonial. Seguiu-o a Madagascar, onde completou a sua experiência.

O método Gallieni-Lyautey consiste em utilizar força unicamente como um meio e nunca como um fim.

Em relação às populações indígenas que é necessário pacificar, o importante, o essencial, é antes de mais nada conhecer a fundo os seus costumes, os seus hábitos, o seu estado político e social. A forma de administração que nos propomos aplicar-lhes deve adaptar-se-lhes como um fato aquele que o veste.

Este sistema, é preciso notá-lo — e não creio que isto já tenha sido salientado — quem o inventou e o pôz em prática foram os romanos — os mais ilustres, os maiores colonizadores visto que colonizaram o mundo inteiro.

Os "Comentários", de Cesar sobre a Guerra na Gália são um espantoso, um admirável manual de política indígena.

Lyautey, grande letrado, grande político ao mesmo tempo

O Marechal Lyautey

Transcrito da "Gringoire",
de 3 de Agosto de 1934

vindas a Jonnart e estabelecer com ele as bases da mais estreita colaboração.

Quando, alguns anos mais tarde, Jonnart apresentou a sua candidatura à Academia, Lyautey que se lhe sentia obrigado, fez uma ardente campanha em seu favor. Na manhã do dia da eleição a maior parte dos seus confrades receberam de Lyautey uma carta vinda de Rabat por avião em que aqeele recordava em termos comovidos o apoio que encontrara em Jonnart para realizar a sua obra em Marrocos.

Quando surgiram as primeiras dificuldades no Rif, Lyautey que eu fóra procurar por o saber de passagem por Paris, lamentou-se — tinha certamente direito para o fazer — que lhe tivessem recusado as duas ou três divisões que lhe teriam permitido abafar no germen a revolta de Rogui:

— Por não me terem mandado este ano duas divisões, para o ano vão ter de mandar dez.

— Nem ele supunha a verdade das suas palavras!

Tendo tido necessidade pouco depois de ir visitar Paul Painlevé, então ministro da guerra, interroguei-o:

— ¿Porque não dá a Lyautey os reforços que ele reclama?

Assediado de influências hostis, Painlevé respondeu-me duma maneira singular:

— Cada vez que enviamos para Marrocos um novo batalhão Lyautey apressa-se em fragmentá-lo, em dividi-lo em pequenos bocados, de tal forma, que algumas semanas depois não se sabe já onde se encontra.

— Que imbecil! exclamou Lyautey, a quem comuniquei esta conversa. O sonho dos burocratas é o de ter um batalhão de tipo idêntico para a metrópole e para as colónias, equipando-se, vestindo-se, alimentando-se, batendo-se duma maneira uniforme em Sarreguemines e em Tombouctou!

(Conclue na página 25)

PORTUGAL COLONIAL

COLO N I A L

CREVE-SE

IMPRENSA
PORTU-
GUESA

A União Sul-Africana denunciou, em Setembro último, a convenção celebrada em Moçambique em 1928.

O jornal da Metrópole em que há dias li a notícia, não refere as "razões oficiais, alegadas pela União em justificação da denúncia. Suponho que a imprensa moçambicana há-de já ter tratado ou estará tratando ainda largamente do facto; não sei o que esta imprensa terá dito visto que as minhas ambições de cultura e de actualização são dolorosamente limitadas por um orçamento que infelizmente não comporta a assinatura d'esses jornais, como aliás não comporta a compra de tantos outros jornais e de tantos outros elementos de estudo e de informação.

Quando li a notícia logo procurei no meu minguado arquivo o texto da "Convenção...". Encontrei-o transcrito num dos apreciabilíssimos trabalhos do eminente colonialista sr. dr. Eduardo Saldanha. Devo à amabilidade generosa d'este meu inteligente amigo a fortuna de poder, neste momento, esclarecer o meu espírito e orientar o meu raciocínio. A base XVIII estabelece que a Convenção durará por dez anos, mas estabelece também que, ao cabo de cinco anos, qualquer das partes contratantes poderá pedir a revisão das cláusulas contratuais; e "não havendo acôrdo sobre a revisão o convénio expirará no prazo de seis meses, a contar da data da notificação...". Mas como é efectivamente de supor que as exigências da União sejam, para nós, de difícil acolhimento e de impossível aceitação o pedido de revisão corresponde praticamente à denúncia.

Com efeito uma campanha, destinada a combater as bases e os resultados do convénio, campanha que tem todo o felio e alé tódas as características das que recebem inspiração oficial, apareceu há tempos e manteve-se (é de crer que se mantenha ainda) na imprensa mais representativa de todos os sectores políticos da União.

É mais que discutível a verdade das razões e dos argumentos que servem de base à referida campanha. A argumentação não é sólida nem é suasória. Tática de combate, estratégia de luta, mas nada mais. De resto a argumentação não é nova, e o sistema também já é conhecido. Ante a crise económica de Moçambique a União supõe-se ou quer supor-se perante um contratante enfraquecido e precisado. Julga a União que a perda de migalhas ou o receio dela, provocará necessariamente um estado de apoquentação, formado por um ambiente inquieto e receoso. Já assim se pensou nas vésperas da assinatura dos contratos anteriores.

☐

A União, diz-se, já não necessita da mão dobra moçambicana; pode dispensá-la, visto que a pode substituir.

Esta afirmação, que apenas procura ser ameaçadora, é ainda e só o eco, aliás reforçado, das afirmações feitas desde o tempo em que as autoridades moçambicanas principiaram a regulamentar o angariamento dos pretos que o Rand recruta nos nossos territórios. Desde, pelo menos, 1890 que as minas da África do Sul vão a Moçambique buscar os indígenas que as trabalham. E têm sido tão intensos quanto improfícuos os esforços que os capitalistas mineiros têm cuidadosa e persistentemente desenvolvido, no intento de fixarem, nos arredores das minas, população de que elas absolutamente carecem.

Um comércio de atracção e um ambiente de fáceis e luxuriosos prazeres têm procurado atrair e pender o espírito e os sentidos do preto que vai às minas em busca do dinheiro que lhe há-de dar, mais do que o sustento, os elementos suficientes para a compra de muitas mulheres.

Todavia, rodados tantos anos e exercitados tantos e tão dispendiosos artificios, a população indígena dos territórios mineiros mantém-se insignificante e ultra insuficiente.

O preto não se fixou e nada indica que ele esteja a caminho de uma tal fixação.

As minas precisam pois, pelo menos tanto quanto sempre precisaram, de irem ainda hoje recrutar, nas terras povoadas de Moçambique, os pretos necessários à sua exploração.

Sem esta mão d'obra como manter as minas em laboração? Com chineses?

A anarquia económica e política da China impossibilita semelhante angariamento; e ainda o dificultam motivos importantes de outra ordem. As minas têm mantido e mantêm ainda ao seu trabalho

maior de cem mil pretos portugueses. O trabalho das minas é depauperador e as doenças que intensamente provoca e produz (pneumonia, silicose, meningite, tuberculose, etc.) definham alarmantemente a população obreira e dizemam uma boa parte dela. Daí a necessidade periódica, quasi anual, de um roulement. Como faz-lo com chineses? Dir-se-há que a população indígena da África do Sul pode substituir a mão dobra moçambicana. Esta população, que aliás não tem aumentado consideravelmente, mal chega para as outras necessidades, tanto assim que já em 1928, o general Smuts afirmava

no parlamento que "as outras actividades da União estavam reclamando maior número de indígenas, muitos dos quais até há pouco trabalhavam nas minas".

Além disso o indígena da África do Sul exige um regimen de trabalho mais benévolo e muito menos duradouro do que aquele de que gosam os nossos trabalhadores. Pede o indígena da África do Sul um salário maior do que aquele que recebe o nosso indígena; e só aceita um contrato por seis meses. O preto moçambicano é contratado por deztoito meses.

Os pretos da União que trabalham nas minas constituem um décimo da população mineira. Para estes pretos reservam as minas os trabalhos mais fáceis e os menos sujeitos a doenças. E nas minas de carvão (nestas os salários são menores) trabalham apenas pretos portugueses. Nestas condições as minas só poderão manter-se em exploração e desenvolvimento se Moçambique lhes fornecer a mão dobra.

E tanto isto é assim que quando em 1928 a campanha (igual à de agora) provocou, do lado de cá, certo agastamento, o presidente da Câmara das Minas, Sir Douglas Christopherson, sentindo a necessidade urgente de a travar, disse "que se não se chegasse a um acôrdo com Portugal a União se encontraria em frente de um desastre económico".

As minas ainda hoje são a maior riqueza da África do Sul.

☐

Quero dizer, com tudo quanto referindo, que a União não só não pode como efectivamente não quer perder a mão dobra moçambicana.

Os alaridos de agora, iguais aos alaridos anteriores, não passam de fanfarronadas que, se não meterem medo, se transformam em súplicas.

A convenção, ou antes, uma convenção será necessária a Moçambique?

A estatística provou já que o indígena traz do Rand apenas 6 libras, em média; que vem prevertido pela vida desmoralizante

PORTUGAL COLONIAL

dos *compounds*; que vem contaminado de doenças; que traz elementos depauperantes da população a que pertence; que perde as condições e as possibilidades de procreação; que faz falta à agricultura moçambicana.

Já em tempos, ao discutirem-se as vantagens e desvantagens do *negócio*, um dos nossos negociadores do tratado dizia: "Não deve o preto ser o artigo mais rico da nossa exportação, nem uma semelhante exportação deve constituir o elemento principal da nossa economia."

Estou no entanto convencido de que em certas condições, condições que a observação e a experiência aconselham e até impõem, a Moçambique convirá a convenção. Nestas circunstâncias —necessidade da União e conveniência de Moçambique—é de esperar que um novo convénio seja estudado e discutido. No intervalo não se viverá em rompimento absoluto, um *modus vivendi* aguardará o termo das negociações.



Ora...

A indústria da pesca, que é a única fortuna do distrito de Mossamedes, é uma das maiores riquezas de Angola. Indústria essencialmente exportadora, visto que é insignificante, ante a produção, o comércio interno.

O nosso comprador mais importante foi sempre o Congo Belga, mas a crise assustadora porque está passando esta colónia, diminuiu extraordinariamente a sua capacidade de compra e até enfraquecer por forma apavorante, as suas exigências consumidoras.

Quando este e outros factos desampararam a indústria da pesca, a exportação, inquieta e assustada, caiu numa anarquia ruïnosa.

A concorrência vendedora revestiu então aspectos de um tal e tão alitivo egoísmo económico que o prejuízo era já e só a única *compensação* do intermediário e a ruína da produção.

Corria-se para a venda, numa cavalgada atropeladora, apenas para se fazer dinheiro.

No Congo, o comprador, *jogava* com as aflições e com as necessidades do vendedor.

A ruína e a miséria desalentavam uma população que principiava a succumbir.

É neste momento e perante estas apoquentações que algumas pessoas de lúcido espírito e forte inteligência conjugam as suas facultades e as suas energias.

Lançaram as bases do actual Sindicato de Pesca. Uma diminuição de produção que inteiramente ajustasse este consumo—não estávamos em face de uma sobresaturação dos mercados—seria impossível visto que os mercados compradores não suportavam a necessária alta de preços e a produção existente mal dava para as exigências dos que dela viviam, visto que já então viviam mal. É que efectivamente não existiam uma extensificação ou uma intensificação exageradas da indústria.

Procurou-se por isso, um sistema dentro do qual uma solidariedade económica resultante de uma forçada solidariedade comercial, racionaliza-se através de um acordo vertical, a exportação. E como se viu que a indústria da pesca do Distrito de Benguela, em regime de livre concorrência, podia matar-se, matando ainda a indústria de Mossamedes, foi-se para um acordo horizontal que vigorizou o sistema e lhe engrandeceu os resultados.

O Sindicato é hoje o único exportador de peixe seco. Assim a anarquia desmoralizante e ruïnosa das vendas sucedeu a venda feita com equilíbrio e ordem.

Matou-se a especulação do comprador e sustaram-se as ansiedades do intermediário, perturbadoras da venda e da exportação.

Criaram-se e fixaram-se tipos e assim se garantiu e se acreditou o produto.

O anterior aviltamento da exportação auxiliou a crise e de tudo resultou a hostilidade e a perda de alguns mercados.

O Sindicato esforça-se pela reconquista desses mercados, e procura ainda mercados novos.

Mas, como já disse, o mercado principal, o maior mercado, aquele que consumia a quasi totalidade da produção era o mercado do Congo Belga.

Esta colónia porém atravessa agora a maior das crises e por isso diminui intensamente as suas compras.

Dentro da utilíssima política da unidade económica de todo o território nacional cabem bem e devem até estar nela em posição saliente, a protecção e o auxílio à indústria, da pesca de Angola. Esta indústria, de produção ilimitada porque as águas desta costa têm o privilégio de uma população piscosa riquíssima e ultra-abundante, pode ser um grande factor do progresso moral material do país, visto que tem possibilidades para ser uma das melhores e mais eficientes condições do equilíbrio da balança econó-

mica da Colónia. Por isso procurar e conquistar mercados para esta indústria é contribuir largamente para a prosperidade de Angola e, em consequência, para o progresso da Nação.

Ora se Moçambique celebrar nova convenção com a Africa do Sul será de nacional conveniência e de manifesta justiça que uma cláusula estabeleça a obrigatoriedade de as "minas", oferecem aos pretos portugueses, na alimentação que lhes dão, uma ração de peixe seco. O peixe é na alimentação, um produto mais que recomendável porque é um produto necessário. Tem condições, como nenhum outro produto, para fornecer ao organismo os elementos precisos.

Na verdade o peixe, portador de alimentos nutritivos iguais aos da carne, tem sobre esta as vantagens que lhe advêm da maior percentagem de proteínas, isto é de matérias azotadas. Além disso o peixe seco, sendo um alimento de que o preto gosta e que o preto pede, é um produto barato. O peixe seco não ficará à União mais caro do que lhe fica carne. Ora o peixe que os mares da União fornecem, aliás em quantidade restrita, não tem as qualidades que a "secagem", exige, e além disso as condições climáticas da Africa do Sul tornam impossível qualquer tentativa da secagem de peixe. Angola seria pois e necessariamente o fornecedor da União. E como as minas trabalham e seguramente hão-de continuar trabalhando, pelo menos com mil indígenas de Moçambique, teríamos que as minas da União nos consumiriam uma quantidade de peixe seco aproximadamente igual à quantidade que ainda exportamos para o Congo Belga.

Se esta idea for efectivamente de aproveitar—e eu exponho-a por estar disso convencido—merece bem que os elementos oficiais, a acarinhem e procurem realiza-la.

Suponho que a sua realização depende muito, se é que não depende absolutamente, do auxilia que em favor dela, o Conselho Económico prestar ao Governo da Colónia. Não tenho a honra de conhecer todos os membros desse Conselho, mas conheço o seu presidente. Tem ele o sr. dr. Almeida de Eça, afirmado, pela sua intensa e construtiva acção, maravilhosas qualidades de inteligência. A obra que, sob a sua direcção, tem realizado e está realizando esse magnifico corpo de veterinários que à Colónia dá os melhores exemplos e os mais proveitosos resultados, explica e autoriza toda a confiança e todas as esperanças.

Além disso tem o sr. dr. Almeida de Eça, em Mossamedes quem, com nma especial e superior competência, lhe pode prestar os mais úteis esclarecimentos. Quero referir-me ao seu delegado sr. dr. Carlos Carneiro, que sendo um técnico de rara cultura e de preciosa inteligência, é um apaixonado e um entusiasta defensor do progresso da indústria do peixe, à qual está dedicando uma atenção, um interesse e um cuidado que são outras tantas manifestações do valor e da eficiência da veterinária angolana. Oxalá pois que as minhas palavras tenham a felicidade de serem acertadas e a fortuna de prenderem as atenções do Conselho Económico da Colónia.

DR. JOSÉ CARYALHO DOS SANTOS

Congresso Militar Colonial

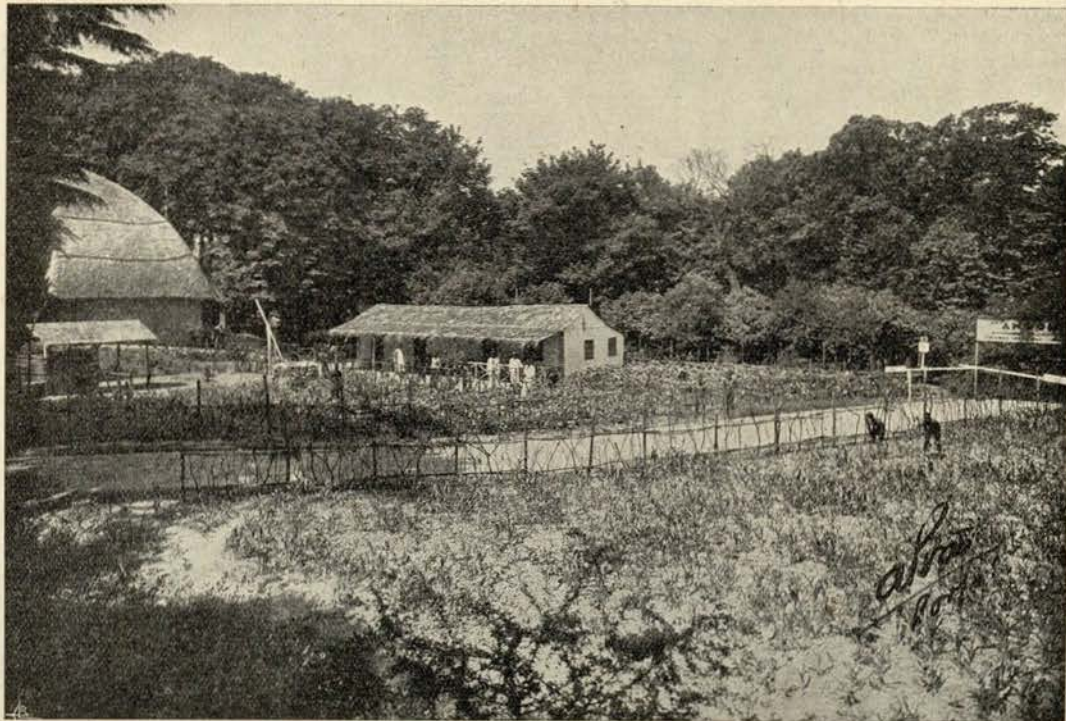
Desde a primeira hora que a Exposição Colonial, despertou vivo interesse nos meios militares, fazendo vibrar, na recordação de gloriosos feitos, muitos dos mais ilustres oficiais do Exército português—todos aquêles (e tantos êles são) que viveram, nas Colónias nomeadamente na Guiné, Angola e Moçambique, as horas admiráveis de sacrificio e de heroísmo da colonização, no período agitado, convulso, da ocupação.

Por isso a idea da realização do 1.º Congresso Militar Colonial foi levada a efeito brilhantemente tendo sido acolhidos os seus trabalhos, que de-certo modo fizeram parte do vasto programa da própria Exposição, com patriótico entusiasmo.

A comissão de honra foi constituída, além dos titulares das pastas da Guerra, Marinha e Colónias, pelos srs. comandante da 1.ª Região Militar, chefe do Estado Maior do Exército, chefe do Departamento Marítimo do Norte, governador civil do Porto, presidente da Câmara Municipal e capitão Henrique Galvão, director técnico da Exposição.

Da comissão organizadora fizeram parte o coronel de artilharia e representante do Exército junto da Exposição, sr. Luiz Monteiro Nunes da Ponte, comandante Manuel Caldeira Pais do Amaral, majores dr. Adriano Rodrigues, Primo Soto Maior e Fernando Moreira de Sá, capitão Eugénio Aresta e capitão-médico dr. Vicente Almeida de Eça, secretário geral.

Foram congressistas entra outros os srs. generais Ferreira Martins, Norton de Matos, coroneis Azambuja Martins, Pires Monteiro, Ribeiro Vilas, etc.



Um dos vários aspectos da Exposição Colonial Portuguesa

Visita a Lisboa e Porto do Ministro das Colónias da Bélgica

M. Paul Tschoffen Ministro das Colónias da Bélgica de regresso da sua viagem ao Congo e a Angola visitou Lisboa e a Exposição do Pôrto.

Convidado oficialmente a visitar a Exposição do Pôrto aceitou.

Chegou a Lisboa no dia 27 de Julho e foi recebido no cais pelo sr. Dr. Armino Monteiro ilustre Ministro das Colónias e pelo representante do Ministro dos Estrangeiros, autoridades coloniais e muitas outras individualidades.

O programa de recepção que consistiu num jantar de honra oferecido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros no Palácio das Necessidades, uma visita à Escola Superior Colonial e a Museus foi realizado inteiramente.

No sábado foi oferecido ao Ministro das Colónias da Bélgica um almoço em Sintra, seguido por um passeio na Serra.

A noite realizou-se uma recepção na Sociedade de Geografia, presidida por S. Ex.^a o sr. Ministro das Colónias.

O sr. Conde de Penha Garcia presidente da Sociedade de Geografia, fez um discurso de boas vindas.

No dia 29, acompanhado pelo sr. Ministro das Colónias seguiu para o Pôrto em combóio especial que chegou à gare de S. Bento às 2 e 20. Seguiu-se a recepção na Câmara Municipal. O sr. Dr. Alfredo de Magalhães fez um discurso em que afirmou que a velha cidade do Pôrto se sentia muito honrada por receber a visita de tão proeminente personalidade europeia, cuja obra colonial merece a admiração de todas as potências coloniais.

Em seguida acompanhado pelo sr. Ministro das Colónias, visitou a Exposição do Pôrto.

O Ministro Belga mostrou sempre um grande interesse e apreciou vivamente a guarda de honra formada por soldados de Moçambique.

Merceu-lhe particular atenção o Stand da Companhia de Benguela, que alguém disse ser um laço entre as nossas duas colónias, para nosso mútuo benefício, frase que lhe mereceu uma aprovação sorridente.

A noite foi-lhe oferecido um festival admirável, cujo programa não podia ser melhor organizado, incluindo recitações e canto pelos mais distintos actores e actrizes do nosso teatro, selecções de música pela banda militar, um batuque landim e um grupo minhoto "As Rendeiras", que mostraram ao Ministro Belga os encantos do nosso folclore.

O Marechal Lyautey

(Conclusão da página 22)

A sua casa solarenga de Crevic, próximo de Lunneville, foi nos primeiros dias da guerra selvaticamente destruída pelos alemães. Em vez de a reconstruir o Marechal decidiu restaurar e aumentar o castelo de Thorey—um castelo senhorial situado perto da colina de Sion no coração da terra Lorena.

Fui visitá-lo no último outono, e passei alguns dias com êle. Organizador-nato tinha o amor, mais do que o amor—a paixão pela ordem.

De regresso de uma das minhas numerosas viagens aconteceu falar-lhe dos países que acabava de visitar.

— Espere!, disse.

E foi buscar a uma das suas caixas as cartas que eu lhe escrevera durante a minha ausência.

Fazia assim com toda a sua correspondência, que era numerosa e valiosíssima.

No dia em que for publicada—e deve sê-lo—toda a gente ficará maravilhada da sua actividade.

Escrevia e recebia por dia centenas de cartas.

Todo êste enorme correio era classificado, repartido de forma a poder ser utilizado de um momento para o outro.

Na parte nova do castelo que êle juntara à antiga, a sala mais importante, o centro, a alma do edificio, era uma vasta biblioteca, judiciosamente concebida e realizada sobre o seu plano. Verdadeira obra prima de concepções, tipo modêlo do que deve ser uma biblioteca que longe de ser fria, morna, aborrecida, verdadeiro cemitério de livros deve ser, pelo contrário, viva, animada, atraente.

Mal se instalou no castelo, Lyautey não esqueceu a aldeia. Apressou-se em criar um centro social, uma casa comum, onde todos os habitantes, sobretudo os novos, se reunissem, com uma biblioteca, uma sala de conferências, um cinema.

Tão vivo era o seu amor pela acção, que se estendia a tudo, às pequenas coisas como às grandes.

Ordenava, administrava e governava a sua casa e a sua aldeia lorena, como Napoleão administrava e governava a ilha de Elba.

RAYMOND RECOULY.

INFORMAÇÕES DO MUNDO COLONIAL

Crónica do mês SE TODOS NÓS QUISESSEMOS...

SUPÕE alguma gente, pouco ou nada versada em matéria de Colónias, que a Exposição Colonial do Pôrto destina-se a convencer as multidões de que o nosso Ultramar é um novo El-dorado e a sua exploração a tarefa mais azinha dêste mundo. Que a espécie arbórea conhecida por «árvore das macutas», simples variedade da lendária «árvore das patacas», ali brota espontânea do solo úbere, floresce e frutifica, bastando apenas obanar-lhe a opulenta fronde para logo desprender, generosa e munificente, os saborosos frutos.

Estes são os ingénuos...

Outros, porém, (os que se arrogam prosápias de beber do fino) ante o êxito incontestado da Exposição Colonial sorriem com superior desdém, como que a insinuar que todo aquele vistoso estendal de trabalho português não é mais que propaganda política à mistura com publicidade mercantil...; que a realidade (dizem compungidamente) é bem diferente do que ali se conta, pois nas Colónias só a tristeza, o desalento e a miséria campeiam triunfantes alastrando como nódoa imensa por todos aqueles imensos territórios...

Estes são os perversos...

Fácil é demonstrar que nem uns nem outros estão na verdade.

A Exposição Colonial Portuguesa na sua profunda intenção, pretendeu—e conseguiu cabalmente—pôr em evidência ante os olhos distraídos dos portugueses alguns postulados fundamentais do Ressurgimento.

Nesses postulados não cabem, é óbvio, as mirabolâncias dos planos coloniais congeminados e decididos, entre fumaças de cigarros e golos de conhaque, por delirantes imaginações educadas em cenáculos de «Café». Princípios fundamentais de uma doutrina colonial profundamente natural e humana, serve-lhes de esteio um punhado de ideias-fôrças de simplicidade surpreendente—espécie de abre-te Sésamo! para tôdas as grandes dificuldades que possam surgir—e muitas serão!—ao longe da caminhada ultramarina.

Estamos à beira do triunfo. Cullivemos mais afevoradamente o espírito de continuidade, a perseverança na acção própria, uma serenidade firme e uma confiança prudente nas nossas fôrças, um desejo per-

manente e incansável de «realizar» alguma coisa de útil—embora não sejamos apenas nós a colher os benefícios,—tornemos práticas as nossas inteligências, façamos enérgicas e decididas as nossas iniciativas: e as nossas almas encontrarão na tarefa multiciente-nária do Ultramar o fim e a recompensa—e a nossa própria razão de ser como Nação.

Já atingiram, até ao presente, a cifra de muitos milhares, as visitas de estudantes à Exposição.

Do muito que, maravilhados, terão observado, praza a Deus lhes fique esta certeza forte: que em Portugal—nas Colónias como na Metrópole—não faltam possibilidades de trabalho rendoso e compensador; o que pode faltar, por vezes, é gente decidida e contumaz, com a consciência firme do que deseja e é possível atingir.



Não me sai da memória a entrevista que a um jornalista seu compatriota concedeu certo dinamarquês que em Portugal vivera por dilatados anos e aqui grangeara grossos cabedais em negócios de cortiça,—acêrca da hospitaleira terra que o acolhera e estimara como filho. Ao regressar à sua pátria o nosso ex-hóspede perorou mais ou menos o seguinte:

Portugal? A terra é boa e as possibilidades de riqueza são inúmeras. Mas a gente é estúpida. Tem a fortuna ao pé da porta e não a apanha. Prefere matar o tempo na maledicência ou no desatino. De maneira que nós, os estrangeiros...

É revoltante de insolência e ingratidão o comentário da bestia. Mas não é isso que importa traçar no momento. O que, de facto, interessa é a parcela de verdade, embora mínima, que nele possa existir.

Para destruí-la, substituindo-a por outra menos deprimente e mais proveitosa, tem-se desenvolvido nos últimos tempos uma persistente campanha destinada a instruir e convencer os portugueses de que Portugal não é um país pequeno e voltará a ser uma grande nação na hora em que o desejar ser. Depende, apenas, da vontade colectiva, somatório de muitas e decididas vontades individuais.

E se nós todos soubessemos querer, que belo Portugal se não faria!

A. S.

Notas do mês

O sr. Paul Tchoffen em Angola

O sr. Governador Geral de Angola enviou ao sr. Ministro das Colónias o seguinte telegrama, com respeito à visita do sr. Ministro das Colónias da Bélgica:

“O sr. Ministro das Colónias da Bélgica chegou no dia 5 à fronteira, às 18 horas, acompanhado do director geral do seu Ministério e do chefe de gabinete e do secretário e do cônsul de Portugal no Congo Belga, sendo recebido na circunscrição de Chitato.

Após os cumprimentos de boas vindas, foi-lhe oferecido um lanche, tendo o coronel sr. Brandão de Melo feito um discurso, dando em nome do sr. dr. Armindo Monteiro e do governador geral de Angola, as boas vindas ao ilustre visitante.

O sr. Ministro da Bélgica agradeceu as boas vindas e mostrou-se muito satisfeito por visitar Angola e patenteou o seu reconhecimento pela maneira como estava sendo recebido, dizendo que nesta colónia se considerava um aprendiz, pois sabia que os portugueses foram grandes nas descobertas e que são mestres na colonização.

—“Com Portugal, tão glorioso e antigo, a nossa nação, tão nova, só tem que aprender.”

Citou ainda as palavras, à sua partida, do Rei Leopoldo III: —“Ele, Ministro, muito teria que ver na grande colónia portuguesa.”

Terminou por erguer a sua taça pelo Chefe do Estado e pelo maior estreitamento de relações entre Portugal e a Bélgica, e Congo e Angola, irmãs na sua missão civilizadora.

Seguiu depois para o Dondo onde foi recebido pelo representante do conselho de administração e pelo director técnico da Diamang, recebendo nessa ocasião os cumprimentos dos empregados belgas, e afirmando o Ministro que muito se regozijava por ver em Angola compatriotas seus trabalhando num ambiente de estreita amizade.

No dia 6, visitou as minas, realizando-se nesse dia um banquete em sua honra, brindando o coronel sr. Brandão de Melo e agradecendo o Ministro pela maneira como tinha sido recebido.

No dia 7 partiu para Saurimo, onde chegou às 18 horas, tendo-lhe prestado as devidas honras uma companhia indígena, à qual passou revista acompanhado do governador interino da província.

O Ministro elogiou muito o aprumo militar da companhia, e modo como desfilava. O governador da província ofereceu um jantar de honra ao Ministro, tendo, ao “toast”, brindado pelo Rei Leopoldo da Bélgica, agradecendo o Ministro que brindou pelo sr. Presidente da República.

No dia 8 partiu para Vila Luso, almoçando em Dala. O governador brindou pelo Rei Leopoldo e o Ministro brindou pelo Chefe do Estado que com tanta energia e inteligência e valor soubera trazer ao país ordem e paz tão precisa no mundo inteiro.

No dia 9, o Ministro das Colónias da Bélgica recebeu às 11 horas, os cumprimentos oficiais do funcionalismo, em Vila Luso, tendo o governador do Bié proferido um discurso brilhantíssimo, em francês, que mereceu as mais elogiosas referências de Sua Ex.^a o Ministro. Às 16 horas, o sr. Ministro, a sua comitiva e outros convidados, partiram para Cumela, onde estava preparado o acampamento, jantando e pernitando ali. No dia 10 realizou-se, em honra do sr. Ministro, uma caçada, seguida de almoço no campo. No dia 11, houve também caçada, até às 13 horas, seguindo-se almoço no acampamento a regresso a Vila Luso, onde o sr. Ministro jantou. Às 21 horas, tomou o comboio, tendo uma despedida muito afectuosa na estação, que estava repleta de gente. Quando o comboio partiu, ouviram-se entusiásticos “vivas”, à Bélgica e a Portugal. No dia 12, chegou a Vila General Machado, às 8 horas, o sr. Ministro foi aguardado pelo governador geral da colónia. Depois de ter visitado a pequena exposição de produtos regionais, promovida pelos colonos, foi-lhe oferecido um “Pôrto de Honra”. Depois de ter visitado ainda algumas propriedades agrícolas, almoçou em Cuangar.

A Vila Silva Pôrto chegou, com o governador geral, às 16 horas. Foi-lhe dispensada uma grandiosa recepção. O sr. Ministro passou revista à guarda de honra, que era feita por uma companhia indígena, seguindo-se os cumprimentos na residência do governador do Bié. O sr. Ministro proferiu um discurso, em resposta ao que o governador geral lhe dirigira em francês, dizendo estar-se interpretando em Angola a orientação do sr. dr. Armindo Monteiro. Elogiou a resistência e a acção dos nossos colonos, que se prendem à terra, lutando vitoriosamente contra a crise. Terminou por dizer que, ensinando nós o indígena a tirar da terra maior rendimento, conseguimos, assim, uma grande obra civilizadora.

Banco de Angola

O decreto 24.183, publicado na 1.^a série número 107, preceitua:

Artigo 1.^o A amortização das obrigações criadas por virtude do artigo 3.^o do decreto n.^o 19.558, de 4 de Abril de 1931, efectuar-se-á em vinte prestações semestrais iguais, devendo a primeira ser paga em 1 de Agosto de 1936. Para a amortização poderá o governo da colónia usar dos sistemas de compra no mercado ou de sorteio.

§ único. O Governo de Angola é autorizado a contratar com o Banco de Angola, nos termos referidos, a amortização das obrigações neste artigo mencionadas.

Art. 2.^o O Banco de Angola poderá oferecer à venda ao público, total ou parcialmente, os títulos de dívida pública de Angola, emitidos nos termos do artigo 3.^o do decreto n.^o 19.558.

Art. 3.^o É reduzido a cinco dias o prazo a decorrer entre a convocação e a reunião da assembleia geral do Banco de Angola para as deliberações a que a matéria deste decreto dê lugar e quaisquer outras que constarem do aviso convocatório.

Art. 4.^o Em tudo o mais que respeite a estes contratos e que não colida com as disposições do presente decreto subsistem as dos decretos n.^{os} 19.581, 19.558 e 20.958.

A cultura do algodão em Moçambique

Deu entrada no Ministério das Colónias, o relatório em português e em inglês, apresentado pelo técnico Evans, sobre a cultura do algodão em Moçambique.

Nesse relatório diz o referido técnico, que os distritos de Lourenço Marques, Quelimane e Moçambique, têm extensas áreas de terreno próprio para a cultura do algodão, e que, em Inhambane o solo é, em geral, demasiado areoso e impróprio para essa cultura; contudo, algumas pequenas áreas fazem, naquele distrito, excepção a uma generalidade, e que as condições térmicas são adequadas à cultura do algodão de verão, em qualquer ponto da colónia, e parecem próprias para a maturação do algodão em Outubro e Novembro, se tiver sido semeado em Fevereiro ou Março. O mesmo não se poderá dizer a respeito de Lourenço Marques, por causa das baixas temperaturas de Junho a Setembro.

O “Stainer”, diz Evans que o verme do Sudão e outros que atacam os casulos, Jassid, Apions, Aphid e Gafanhotos, são as mais importantes pestes que invadem os campos algodoeiros, tornando-se, portanto, absolutamente necessária a experimentação de insecticidas e outros meios de subjugar os diferentes insectos.

A Revisão do Convénio com a União Sul-Africana

Iniciou-se em Lourenço Marques, a revisão do convénio luso-transvaliano pelos delegados da União Sul-Africana, os srs. Patrick Duncan, Ministro de Minas; O. Pirrow, Ministro de Portos e Caminhos de Ferro e o A. P. J. Fourie, Ministro do Trabalho, acompanhados dos seus secretários e conselheiros.

A Imprensa da União Sul-Africana, pede na revisão do referido convénio se proteja os agricultores da União contra a entrada de produtos de Moçambique.

A sem razão desta reclamação, vê-se pelas estatísticas publicadas: 1932, Moçambique exportou para a União produtos no valor de 137.000 libras, ao passo que a União exportou para aquela nossa colónia, produtos no valor de 160.000 libras.

Aos delegados da União, que, como se sabe, são hóspedes do governo, será dado um banquete oficial, seguido de recepção, um baile no Polana, provavelmente uma caçada, passeios em automóvel a Marracuene e a Namaacha.

Diversas

Apurando as tabelas de receitas e despesas elaboradas pelos governos de Cabo Verde e Macau, anexas aos orçamentos do ano económico de 1934-935 aprovados pelo decreto n.^o 25.941, foi publicado o seguinte decreto:

Artigo 1.^o São aprovadas as tabelas elaboradas pelos governos das colónias de Cabo Verde e Macau, no cumprimento das

**PORTUGUESES DA METRÓPOLE ...
PORTUGUESES DO ULTRAMAR ...
PREFERI INVARIAVELMENTE
OS BRINQUEDOS DESPORTIVOS E UTILITÁRIOS**



**POIS SÃO TÃO PERFEITOS COMO OS MELHORES
ESTRANGEIROS E SÃO NACIONAIS**

**VISITEM O PAVILHÃO EUREKA (152)
NA 1.ª EXPOSIÇÃO COLONIAL PORTUGUESA**

DESEJAM-SE AGENTES NAS COLÓNIAS

disposições do decreto n.º 23.417, de 28 de Dezembro de 1933, as quais vão juntas a este decreto e ficam fazendo parte, respectivamente e como anexo dos orçamentos das referidas colónias, aprovados pelo decreto n.º 23.941, de 31 de Maio findo.

Art. 2.º As totalidades das tabelas de receitas e despesas orçamentais, mencionadas nos artigos 32.º e 33.º do referido decreto n.º 23.941, são acrescidas cada uma da importância de 227.383\$36, considerando-se os artigos dessas tabelas aumentadas das correspondentes importâncias mencionadas nas novas relações.

Art. 3.º As totalidades das tabelas de receitas e despesas orçamentais, mencionadas nos artigos 85.º e 86.º do referido decreto n.º 23.941, são acrescidas cada uma da quantia de \$34.805,79, considerando-se os artigos dessas tabelas aumentados das correspondentes importâncias mencionadas nas novas relações.

Art. 4.º Em todas as colónias são aplicáveis, no ano económico de 1934-1935, as disposições do decreto-lei n.º 23.417, devendo as autoridades de Fazenda, sob pena de se considerarem solidárias nas responsabilidades a que se refere o artigo 10.º desse decreto-lei, velar pelo seu cumprimento.

• Foi publicada do decreto 24.162, foram introduzidas algumas alterações no decreto 23.494 que regulou os uniformes a usar pelas forças militares coloniais.

• Deve ser publicado brevemente um decreto que regula o pagamento das pensões de aposentação dos funcionários e empregados civis e militares dos quadros coloniais, residentes na metrópole.

• Foi fixado em 7\$75, até determinação em contrário, que o equivalente do franco-ouro para a percepção das taxas telegráficas nas colónias de Cabo Verde, Guiné e S. Tomé e Príncipe.

• O sr. Ministro das Colónias aprovou o acordo negociado entre os governos da Rodésia e Moçambique.

• Foi nomeado para a comissão, incumbida de proceder à regulamentação das bases para a reorganização do exército colonial, o general João de Almeida.

• Pelo Ministério das Colónias, foi publicado na 1.ª série, número 174, o seguinte:

Portaria n.º 7.862—Determino que seja publicado nos *Boletins Officiais* de todas as colónias o Acordo, por troca de notas, entre Portugal e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte relativo ao tratado de Comércio e Navegação, inserto no *Diário do Governo* n.º 151, de 29 de Junho último.

Decreto-lei n.º 24.225—Regula a competência disciplinar do Sub-Secretário de Estado das Colónias.

Decreto-lei n.º 24.226—Reorganiza a Missão Hidrográfica e de Fronteira do Rio Zaire.

• No gabinete do sr. Ministro das Colónias, realizou-se a posse do Conselho Superior de Disciplina das Colónias, tendo sido lido o respectivo auto pelo secretário geral do Ministério sr. dr. Manuel Fratel, e prestado o juramento de honra o presidente do referido conselho, sr. dr. Lencastre da Veiga. A este acto assistiram, além dos membros do conselho, o sr. tenente-coronel Garcez de Lencastre, Agente Geral das Colónias, o pessoal do gabinete, magistrados e muitos funcionários do Ministério e os inspectores gerais das colónias.

O sr. Ministro, usando da palavra, salientou a grande importância do novo organismo, pondo em destaque por uma forma brilhante a diferença que existe entre os princípios que dominaram as funções públicas desde o século XIX até ao primeiro quartel do século XX e aqueles que devem inspirar as modernas constituições. A fórmula fundamental individualista em que eram separados os actos do funcionário no desempenho das suas funções e fora delas,

tem hoje de contrapor-se a fórmula que inspira a nova constituição aos actos colectivos e sociais e tendo sempre em atenção que todos os actos do funcionário se reflectem na vida do Estado, devendo portanto, ser norteados pelos mais rígidos princípios de correcção, de dignidade e de virtudes cívicas.

Frizando a grande importância que o novo organismo assim reveste, salientou o âmbito enorme que neste caso têm as suas atribuições, que se estendem a todas as nossas colónias, terminando por tecer os mais rasgados elogios ao seu presidente e demais membros do conselho, aos quais estava bem entregue tão importante organismo.

O sr. dr. Lencastre da Veiga, respondendo ao sr. dr. Armindo Monteiro que muito agradecia a honra que lhe dera nomeando-o para a presidência do Conselho Superior de Disciplina das Colónias, agradecendo em seu nome e no dos seus colegas, as palavras que lhes havia dirigido e que tinham, sobretudo, o alto mérito de derivarem da proveniência das mesmas, acrescentando que poderia o sr. Ministro estar certo de que o Conselho procuraria cumprir o melhor possível as atribuições que a Reforma Administrativa lhe confere, tendo em atenção no cumprimento dos seus deveres, a norma da lei e de uma justiça que em todos os passos tem acompanhado a obra grandiosa que o sr. dr. Armindo Monteiro vem realizando nas colónias.

Em seguida foi dada posse ao secretário do referido Conselho, sr. dr. Augusto Cunha, pelo secretário geral sr. dr. Manuel Fratel.

• Foi publicado um decreto que diz: o quadro da administração de saúde das colónias é constituído por 16 oficiais, sendo 7 capitães e 9 subalternos.

Ficam pertencendo a Angola, apenas 3 oficiais, alterando-se desta forma o disposto no artigo 1.º do decreto 21.207.

• O sr. Ministro das Colónias, tendo tido conhecimento de que muitos funcionários aposentados e reformados do Ultramar se encontravam numa situação bastante crítica, devido a não receberem os seus vencimentos desde Fevereiro último, procurou resolver o assunto com os governos das respectivas colónias, mas como estes não tinham as verbas precisas orçamentadas para se poder pagar integralmente a todos os funcionários nessas condições, resolveu, depois de um aturado estudo, dar a solução que o caso requeria, publicar um decreto regulando esse pagamento.

A suspensão dos referidos vencimentos foi motivada pelo facto das estações do seu Ministério terem reconhecido que não podiam continuar a aboná-los, em vista de ter sido limitada a verba destinada a essas pensões, no orçamento de cada uma das colónias à consignada nos orçamentos do ano económico próximo passado. Ao serem, porém, fornecidas pelos governos coloniais as listas completas dos reformados, aposentados, jubilados e pensionistas, verificou-se que as pensões totalizavam em quantia muito superior ao limite fixado nos orçamentos, o que levou o sr. Ministro das Colónias a dar-lhe a solução que o caso requeria, a fim de não se repetir jamais tal anomalia.

Por este diploma são autorizados os governos das colónias a reforçar com as quantias necessárias as verbas destinadas a satisfazer esses encargos, e, manda que os mesmos governos procedam à revisão de toda a legislação sobre pensões de aposentação e reforma a abonar dentro da respectiva colónia, obedecendo contudo, essa revisão aos preceitos contidos nesse decreto.

Para assegurar durante o actual ano económico o pagamento aos funcionários aposentados e reformados, residentes na metrópole, foram fixadas as verbas para cada uma das colónias.

• Foi publicado o decreto 24.182 que regula o pagamento das pensões de aposentação e reforma a cargo das colónias.

• Reünuiu extraordinariamente, o Conselho Superior das Colónias, para continuar a tratar das alterações a introduzir nas pautas aduaneiras de Angola, tendo-se já na última sessão discutido a substituição dos direitos "ad valorem", principalmente em relação a tecidos, e a questão dos pagamentos dos direitos em ouro. A essa sessão assistiram também os delegados das Associações comerciais e industriais de Lisboa e Porto e do Ministério dos Estrangeiros, a qual foi presidida pelo sr. dr. Manuel Fratel.

• Vai ser alterado o artigo 6.º do decreto que estabelece os regimes de protecção aos géneros de produção colonial portuguesa, na parte respeitante à aplicação de multas.

• Realizou-se em Pretória a conferência internacional para tratar de importante problema respeitante ao combate dos gafanhotos, que estão assolando a África onde os prejuízos se contam por centenas de milhares de contos. A União Sul-Africana é uma das maiores vítimas dos acridios. Tomam parte uma e outra também vítimas dos terríveis destruidores das plantações.

• Foi publicado o decreto 24.221 que define mais claramente, nas colónias, as responsabilidades dos membros dos conselhos administrativos e torna mais justa a forma de indemnizar a Fazenda Nacional do prejuizo causado pelos mesmos e pelos gerentes administrativos. Regula a forma de liquidação dos débitos contraídos pelos oficiais e praças.

• Vai ser nomeada nma comissão, constituída por representantes das forças vivas e dos correios da metrópole e das colónias, para estudar o barateamento de portes das encomendas postais a expedir para as colónias do Oriente.

• Foi já lavrado o decreto que regula o abono de passagens aos funcionários coloniais de Lisboa para as colónias e vice-versa.

• Também foi elaborado o decreto que regula os serviços de administração da Escola de Medicina Tropical e que fixa os quadros do pessoal a empregar nos serviços de secretaria e do pessoal auxiliar e menor, cujas remunerações passam a ser pagas pelas receitas próprias da referida escola.

Cabo Verde

Tendo o governo da colónia de Cabo Verde adquirido, em Rotterdam, um navio para seu serviço, ao qual foi dado o nome de «28 de Maio», pela publicação do decreto 24.215, serão isentos do pagamento de direitos de importação e demais impostos e adicionais, na sua próxima viagem de Rotterdam para a mencionada colónia, o vapor «28 de Maio», bem como a respectiva palamenta e o carvão e óleos que transportar, destinados ao seu consumo.

Guiné

Foram mandadas ouvir as estações competentes acerca do projecto de diploma de governador da Guiné, alterando a tabela de emolumentos judiciais e estabelecendo novos emolumentos com o fim-de fazer face à construção de um Palácio de Justiça.

• A Guiné remeteu 193 contos para o Ministério das Colónias, para pagamento dos seus encargos na metrópole.

• O sr. governador da Guiné enviou ao Ministério das Colónias um relatório sobre a administração daquela província ultramarina nos últimos dez anos, acompanhado de fotografias, mapas, estatísticas e gráficos.

• O governo da Guiné enviou ao sr. Ministro das Colónias a proposta relativa à remodelação dos serviços administrativos da colónia e respectivo quadro administrativo.

S. Tomé e Príncipe

Foi publicado um decreto, extinguindo o cargo de chefe da 2.ª secção da Repartição Militar da colónia de S. Tomé e Príncipe e reduzindo no efectivo do cargo de polícia indígena da mesma colónia, um subalterno de artilharia e um segundo sargento de infantaria.

• Segundo telegrama de S. Tomé, foram restabelecidas as comunicações rádio-telegráficas entre aquela colónia e a metrópole, por intermédio da estação de Monsanto.

• Vai ser publicado um diploma que reorganiza os serviços militares da colónia de S. Tomé e Príncipe, reduzindo-se a sua guarnição militar.

• Está vago o lugar de notário em S. Tomé.

• Para as taxas telegráficas terminais em S. Tomé e Príncipe, foi fixado em sete escudos e setenta e cinco centavos o franco ouro.

Angola

Foi autorizado o pagamento dos seguintes prémios aos exportadores de algodão, produzido na colónia de Angola:

Lagos & Irmão — prémio de 9.795\$80, sendo 7.856\$64 em moeda da colónia e 1.959\$16 em escudos metropolitanos, correspondente à exportação de 4.042 quilogramas de algodão efectuada em Dezembro de 1933 pelo vapor «Casseguel».

Lagos & Irmão — prémio de 5.396\$07, sendo 4.316\$86 em moeda da colónia e 1.079\$21 em escudos metropolitanos, correspondente à exportação de 2.882 quilogramas de algodão efectuada em Janeiro de 1934 pelo vapor «Mirandela».

• Foram nomeados governadores de Luanda, o tenente-coronel de infantaria sr. Júlio Garcez de Lencastre, actual Agente Geral das Colónias; do Bié, o capitão de infantaria sr. Eurico Eduardo Rodrigues Nogueira; de Malange, o capitão-tenente sr. Vasco Lopes Alves; da Huila, o capitão de cavalaria sr. Carlos Tavares Afonso dos Santos; e do Moxico, o capitão de cavalaria sr. D. António de Almeida.

• O sr. Ministro das Colónias recebeu uma comunicação de Angola dizenuo que os trabalhos de montagem no Cassequil da fábrica de destilação (alcoól carburante), estão decorrendo normalmente. A fábrica deve ser inaugurada ainda no presente mês.

• O presidente da Câmara Municipal de Luanda, enviou ao sr. Ministro das Colónias um telegrama agradecendo-lhe em seu nome e no da população da cidade o enorme benefício concedido à referida cidade fazendo a adjudicação dos trabalhos para o abastecimento de água e luz, pede ao mesmo tempo que esses serviços municipalizados, velhas aspirações do município, e que sejam au-

torizadas as importantes obras que o liceu de Luanda requer, a-fim-de dar trabalho a muitos operários.

• Está tomando grande desenvolvimento a cultura do algodão em Angola. Só num ponto da colónia, foram semeados 250 hectares de terreno.

• Os vencimentos relativos ao mês de Maio último, são pagos aos funcionários civis de Angola, em 11 do corrente e aos militares, no dia seguinte.

• O governador de Angola telegrafou comunicando que, devido às acertadas medidas de fomento algodoeiro, tem aumentado consideravelmente na Colónia a sua produção.

• Sobre o estabelecimento de uma colónia açoreana no Planalto de Benguela, o governador geral de Angola, enviou os necessários informes e o orçamento mínimo das despesas a fazer para uma colónia de 250 pessoas, ali se estabelecer,

• O capitão de cavalaria António de Almeida foi nomeado governador da província do Bié.

• O sr. dr. Luiz Carriço, está organizando uma Missão científica a Angola, a qual deverá seguir para ali nos princípios do próximo ano, com uma demora de uns seis meses, começando os estudos pelo deserto de Mossamedes, rico em raridades botânicas e estendendo-se à Serra de Chela.

• Chegou a Ganda, o governador geral de Angola, que encontrou no percurso da sua viagem do Lobito ao Huambo, uma extensíssima nuvem de gafanhotos vinda da colónia limítrofe, e que tem causada prejuízos à agricultura.

• Foi mandado abrir concurso, na metrópole, para fornecimento de medicamentos, acessórios e utensílios, material de laboratórios, reagentes e corantes, destinados aos serviços de saúde da colónia de Angola, para o corrente ano económico.

• Foi permitida a aterragem em Mossamedes e em Luanda, em 1 e 2 de Setembro próximo, ao avião tripulado por T. C. Place, na sua próxima viagem de Inglaterra ao Cabo via Egipto.

• O governo de Angola informou que as despesas com a liquidação dos trabalhos com a terceira variante de caminhos de ferro de Luanda, orçam por 450.000 angloares.

• Pelo governo de Angola foi enviado ao Ministério das Colónias a quantia de 1.339.000\$00, destinada ao pagamento dos juros do empréstimo da Caixa Geral de Depósitos para as obras do porto do Lobito.

• Foi permitida a aterragem em Mossamedes ao avião «Campor Swrft Zsaen», pilotado por Victor Smith, na sua viagem do Cabo para a Inglaterra.

• Vai ser regulamentada a indústria da moagem em Angola.

• Foi enviada ao sr. Ministro das Colónias, a proposta aprovada pelo conselho do governo de Mocimbeque, para que dois alunos dos mais classificados no final do curso complementar do liceu de Lourenço Marques venham, subsidiados pela colónia, fazer o curso da Escola Superior Colonial.

• O governador geral de Angola enviou o seguinte telegrama ao Sr. Ministro das Colónias: Visitei a histórica fortaleza de Massangane, padrão glorioso da nossa heroica defesa na ocupação de Angola, que evoca o nome dos nossos ilustres antepassados, cuja denodada acção exalta o sacrifício e patriotismo e é constante incentivo da nossa obra colonizadora, cada vez maior sob a orientação de V. Ex.ª e decidido apoio do Estado Novo.

• Segundo uma estatística recebida de Angola, a população daquela colónia em 31 de Dezembro de 1933, era de 3.098.281, sendo 2.972.587 indígenas, são 1.468.557 do sexo masculino e 1.540.430 do sexo feminino. O resto da população é 39.822 portugueses, (europeus) sendo 23.971 varões e 15.822 fêmeas, e 1.422 estrangeiros, 17.044 euro-africanos estrangeiros, os mestiços são em número de 18.957.

Candida Celeste Nogueira Alves

ENXOVAIS - BORDADOS - VESTIDOS

RUA BOA HORA, 15

PORTO

TELEFONE 2506

VISITE NA EXPOSIÇÃO COLONIAL

PORTUGUESA O MEU STAND

* * NA AVENIDA DA ÍNDIA * *

Moçambique

Foi autorizado o pagamento dos seguintes prémios aos exportadores de algodão, produzido na colónia de Moçambique:

F. L. Simões—prémio de 6.457\$17, em moeda local, correspondente à exportação de 2.650 quilogramas de algodão efectuada em Setembro de 1933 pelo vapor "Cuanza,."

Compagnie Cotoniére du Mozambique — prémio de 298.250\$29, sendo 238.600\$24 em moeda local e 59.650\$05 em escudos metropolitanos, correspondente à exportação de 118.623 quilogramas de algodão efectuada em Outubro de 1933 pelo vapor "João Belo,."

H. Gomann & C.^a, Limitada — prémio de 32.400\$41, sendo 25.920\$33 em moeda local e 6.480\$08 em escudos metropolitanos, correspondente à exportação de 13.297 quilogramas de algodão efectuada em Setembro de 1933 pelo vapor "Chinde,."

H. Gomann & C.^a, Limitada — prémio de 22.781\$80, sendo 18.225\$44 em moeda local e 4.556\$36 em escudos metropolitanos, correspondente à exportação de 9.061 quilogramas de algodão efectuada em Dezembro de 1933 pelo vapor "Chinde,."

Colton Plantations, Limited — prémio de 117.588\$46, sendo 94.070\$77 em moeda local e 23.517\$69 em escudos metropolitanos, correspondente à exportação de 48.520 quilogramas de algodão efectuada em Dezembro de 1933 pelo vapor "Mousinho,."

Luciano Lacerda de Almeida—prémio de 3.959\$59, sendo 3.167\$68 em moeda local e 791\$91 em escudos metropolitanos, correspondente à exportação de 1.625 quilogramas de algodão efectuada em Setembro de 1933 pelo vapor "Cuanza,."

J. A. Bugalho—prémio de 2.813\$71 em moeda local, correspondente à exportação de 1.054 quilogramas de algodão efectuada em Novembro de 1933 pelo vapor "Colonial,."

H. Gomann & C.^a, Limitada — prémio de 31.265\$86, sendo 25.015\$69 em moeda local e 6.250\$17 em escudos metropolitanos, correspondente à exportação de 11.712 quilogramas de algodão efectuada em Novembro de 1933 pelo vapor "Luabo,."

H. Gomann & C.^a, Limitada — prémio de 17.115\$03, sendo 13.692\$03 em moeda local e 3.423\$00 em escudos metropolitanos, correspondente à exportação de 9.141 quilogramas de algodão efectuada em Janeiro de 1934 pelo vapor "Luabo,."

Compagnie Cotoniére du Mozambique — prémio de 122.548\$20, sendo 98.038\$56 em moeda local e 24.509\$64 em escudos metropolitanos, correspondente à exportação de 65.452 quilogramas de algodão efectuada em Janeiro de 1934 pelo vapor "Cuanza,."

Paulo António Babiolakis — prémio de 18.208\$47 em moeda local, correspondente à exportação de 9.725 quilogramas de algodão efectuada em Janeiro de 1934 pelo vapor "Cuanza,."

H. Gomann & C.^a, Limitada — prémio de 11.412\$28, sendo 9.129\$83 em moeda local e 2.282\$54 em escudos metropolitanos, correspondente à exportação de 4.709 quilogramas de algodão efectuada em Dezembro de 1933 pelo vapor "Luabo,."

Compagnie Cotoniére du Mozambique — prémio de 147.622\$87, sendo 118.098\$30 em moeda local e 29.524\$57 em escudos metropolitanos, correspondente à exportação de 58.714 quilogramas de algodão efectuada em Outubro de 1933 pelo vapor "Angola,."

Paulo António Babiolakis — prémio de 24.265\$92 em moeda local, correspondente à exportação de 9.651 quilogramas de algodão efectuada em Outubro de 1933 pelo vapor "Angola,."

H. Gomann & C.^a, Limitada — prémio de 11.636\$04, sendo 9.308\$84 em moeda local e 2.327\$20 em escudos metropolitanos, correspondente à exportação de 4.628 quilogramas de algodão efectuada em Outubro de 1933 pelo vapor "Luabo,."

F. L. Simões & C.^a — prémio de 10.634\$54 em moeda local, correspondente à exportação de 4.388 quilogramas de algodão efectuada em Dezembro de 1933 pelo vapor "Mousinho,."

As receitas alfandegárias do pórtio da Beira durante o mês de Maio, elevaram-se a 20.791 libras, contra libras 22.686, em igual mês do ano de 1933.

O governador geral de Moçambique, comunicou estar organizada a brigada de Manhiça com o pessoal ferroviário, devendo iniciar-se os trabalhos do caminho de ferro do Xinavane-Lionde, nos primeiros dias de Agosto próximo.

Foram publicados dois decretos, um reorganizando a Missão Geográfica de Moçambique, e o segundo reorganizando a Missão de revisão da fronteira entre os territórios da Companhia de Moçambique e a Rodésia do Sul.

A Missão Geográfica de Moçambique, chefiada pelo sr. capitão-tenente Baeta Neves, deve partir, para aquela colónia, no dia 28, a fim-de continuar os trabalhos de campo, de geodésia, cartografia e geologia, ao longo do paralelo de latitude 15º Sul. Na campanha passada ficaram concluídos os trabalhos nas regiões do Zungo e Maravia, e nesta devem concluir-se os trabalhos nos distritos de Tete e Quelimane, até ao mar.

A missão encarregada de proceder à revisão da fronteira entre os territórios da Companhia de Moçambique e da Rodésia Sul é composta pelos srs. tenente-coronel de aeronáutica Jorge Castilho e eng. Artur do Canto, que levam, como auxiliares, o mecânico sr. Francisco Angelino e o sargento telegrafista sr. Luiz de Sousa.

Foi autorizada por concurso a compra de 20 vagões fechados, engates e freios para o caminho de ferro de Moçambique.

Foi aprovada a quantia de 1.000.000\$ esc., destinada à reparação urgente da doca de abrigo do pórtio de Lourenço Marques.

O Governo de Moçambique enviou ao sr. Ministro das Colónias, as novas pautas aduaneiras, a-fim-de serem apreciadas e aprovadas.

Foi autorizado o estabelecimento da linha aérea Broken Hill, Tananarive, com sobrevoos e aterragem em Moçambique, Quelimane e Tete.

Chegou a Moçambique a Missão hidrográfica da chefia do capitão-tenente sr. Alves, que em 20 de Julho iniciou a campanha hidrográfica na costa daquela colónia.

A Câmara Municipal de Lourenço Marques foi autorizada a contrair um empréstimo de 2.000 contos para a construção de um crematório e de uma estrada que o ligue àquela cidade.

Foi autorizado o governo de Moçambique a contratar o mestre e os professores auxiliares para a Escola de Artes e Ofícios de Moamba.

Índia

O governador geral da Índia, propôs a criação de um organismo, denominado "Assistência Nacional aos Trabalhadores Rurais ou dos Campos na velhice e invalidez", com sede em Nova Gôa.

Para o fundo inicial desta instituição são destinados 80 % do fundo estabelecido no diploma de 30 de Dezembro de 1933, passando os restantes 20 % a constituir receitas para a Assistência aos Indígenas e à Infância Desvalida de Gôa.

Foi aprovada a proposta do governo da Índia para ser mantida a taxa variável sobre a importação para o consumo de arroz com ou sem casca.

Vai ser extinta a Comissão de Melhoramentos de Mormugão, passando todo o seu activo e passivo para a Câmara Municipal do mesmo concelho, que vai ser restabelecida.

Foi autorizado o governador geral da Índia a contratar um médico-radiologista, nacional ou estrangeiro, para director do Instituto de Radiologia, ultimamente criado.

Macau

Segundo comunicação do governo de Macau, foi louvado o capitão-tenente sr. Joaquim de Almeida Pinheiro, pelo zelo, competência e dedicação com que se desempenhou do cargo de chefe dos serviços de marinha, cargo que exerceu durante cinco anos e meio, e ainda pela forma como desempenhou outras comissões extraordinárias de que fôra incumbido pelo referido governo.

Segundo comunicação recebida de Macau, estiveram ali ultimamente, cinco capitalistas chineses, acompanhados do presidente e do secretário da Associação comercial de Hong-Kong, que foram estudar as possibilidades do emprégo de capitais nas indústrias e comércio daquela colónia.

Foram recebidos pelo Governador, que lhes ofereceu um chá, no palácio, tendo depois conferenciado largamente com os presidentes das associações comerciais de Macau e de Hong-Kong, sobre o objecto da visita. Os visitantes, depois desta conferência, reuniram-se na Associação Comercial Chinesa de Macau, onde estiveram trocando impressões.

Timor

O governador de Timor partiu em 14 de Julho em visita oficial às circunscrições de Laele, Monatuto, Bancau e Lauten, percorrendo toda a região e os seus novos desas sete postos administrativos. A visita tem por fim, além da inspecção aos serviços, retribuir os cumprimentos das autoridades e chefes indígenas.

Foi mandado abrir concurso para o preenchimento do lugar de chefe da Repartição dos Serviços Agrícolas, Florestais e Pecuários de Timor.

O governador de Timor pediu para ser aberto concurso para o preenchimento de dois lugares de professores efectivos do 7.º e 9.º grupos do liceu Dr. Armindo Monteiro.

BIBLIOGRAFIA

Boletim da Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique

É este Boletim um verdadeiro repositório de trabalhos científicos de natureza objectiva, focando os mais salientes problemas moçambicanos. Discretamente, sem alardes, mas com firmeza, esta notável publicação científica, vem acentuando cada vez mais a sua elevada categoria. Temos pugnado ardorosamente pela efectiva "ocupação", científica de todos os territórios coloniais do Império. É uma tarefa de fôlego, que exige, sobretudo, método, perseverança e amor à ciência.

Como pontos fulcrais dessa "ocupação", as Revistas da natureza do *Boletim da Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique* são absolutamente necessárias. Mais: precisam ser fortemente sustentadas pelo apoio oficial.

Constituída uma vasta rede de "Sociedades de Estudos", abrangendo territórios ainda mal estudados e catalogados sob os vários aspectos porque a Ciência os pode encarar, fácil será depois a metodização das pesquisas científicas, para as quais poderão contribuir até mesmo os mais modestos agentes da ocupação e soberania portuguesa.

É uma questão de organização e método que os organismos científicos centrais devem considerar com atenção.

Animado de espírito de investigação, qualquer agente do governo ou simples comerciante sertanejo, pode prestar à Ciência incalculáveis serviços. Não é absolutamente necessário que seja um sábio, nem é possível conseguir-se que o sábio chegue a tóda a parte. Este assunto foi já ventilado muito judiciosamente num pequeno livro de vulgarização, de Eduardo de Marlonne, intitulado *«Le sarant Colonial»*. Dêle extrairmos a seguinte passagem: "... só a prática continua de métodos científicos contere aos trabalhos dos estabelecimentos e serviços existentes nas Colónias o carácter de obra científica, e transforma muitas vezes os funcionários conscienciosos e inteligentes, animados de espírito de investigação em verdadeiros sábios coloniais eminentemente úteis ao seu país...".

Sociedades como a Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique devem, pois, merecer o mais carinhoso tratamento e auxílio, porque muito podem contribuir para a valorização do funcionário colonial como agente de investigação científica.

Tem o funcionário colonial uma missão assaz delicada a cumprir. Não é o simples rodízio de uma complicada máquina social, tendo por fim esta ou aquela limitada função, estreitamente confinada no campo circular da sua rotação.

O funcionário colonial de uma nação como Portugal, em que é principalmente o Estado quem coloniza, empreende e tem iniciativas, necessita de operar em si uma espécie de desdobramento, substituindo até onde for possível, a acção que competiria ao verdadeiro colono ausente, comerciante, industrial ou agricultor.

Mas vai mesmo mais além: ele próprio terá de substituir o sábio investigador, coligindo, metódicamente, todos os materiais de informação científica ao alcance da sua curiosidade devidamente preparada e cultivada, embora por processos elementares.

Para esta preparação — repetimos — muito pode contribuir a acção de Sociedades como a Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique, principalmente quando tem a felicidade de serem dirigidas por valores científicos da categoria das personalidades que constituem a sua Direcção.



Diogo-Cão — Revista ilustrada de assuntos históricos angolanos,

São-nos particularmente simpáticas as publicações desta natureza.

Pobres e desajudadas, em geral, elas prestam serviços valiosíssimos, evitando que se percam para sempre muitos apontamentos e informações preciosas sobre as coisas e os homens do passado. *Diogo-Cão* é um verdadeiro arquivo de antigualhas de valor sobre a acção missionária na nossa colónia de Angola. Se o patriótico exemplo do seu director, o Padre Manuel Ruela Pombo, antigo missionário de Angola, se generalizasse a muitos outros meios coloniais, ¡ quanta preciosidade se teria arrancado à destruição do tempo e ao olvido das gerações, fazendo desaparecer as grandes lacunas da história da nossa vida colonial de tantos séculos!

Ao nosso ilustre colega, agradecemos os exemplares que nos tem enviado.



Boletim da Associação Comercial da Huila

A Associação Comercial da Huila é um grémio de colonos de energia e iniciativa, francamente progressivo e empreendedor,

Prova-o sobejamente o seu Boletim, últimamente recebido, porque sabemos quanto é difícil nos meios coloniais a manutenção de publicações desta natureza, inteiramente devida à iniciativa particular. Cumprimos o estimado colega de Sá da Bandeira (Huila).



Boletim Trimestral da Repartição dos Serviços de Estatística da Colónia de Angola

Temos recebido com apreciável regularidade e actualidade este bem elaborado Boletim que honra os Serviços que o elaboram. Desnecessário é encarecermos a utilidade desta publicação: Verdadeiro barómetro da vida social, económica e financeira da Colónia, a sua consulta não é só proveitosa, é indispensável para quem se interessa pela marcha da vida colonial em todos os seus múltiplos aspectos.

Agradecemos a sua remessa.



O Mundo Português

Mais um número desta valiosa publicação de propaganda Colonial editada pela Agência Geral das Colónias, acaba de publicar-se.

O n.º 5, que temos presente, é como os anteriores um primor editorial e gráfico. Seguindo a sua brilhante rota, o *Mundo Português* vai paulatinamente inventariando os nossos melhores valores da literatura colonial, dando-os a conhecer à mocidade portuguesa, ao mesmo tempo que a deleita e instrue.

Agradecemos o exemplar oferecido.



Revista Portuguesa de Comunicações

Esta bem elaborada Revista acaba de distribuir o seu número de Junho que insere vários artigos sobre assuntos da sua especialidade.

Esta revista cujo objectivo principal é o estudo dos problemas de caminhos de ferro, camionagem, marinha mercante, aviação, automobilismo, telefonia, electricidade, portos, estradas, turismo, economia e finanças, etc., aborda no número que temos presente alguns assuntos de política colonial, abrindo com um artigo póstumo do falecido Dr. Carlos Lopes de Alpoim, intitulado *O Problema Colonial*. Nele o seu autor defende com cópia de argumentos a política de autonomia administrativa e financeira das Colónias. Insere a Revista, além d'êste, um outro artigo intitulado *Notas Coloniais*, (alguns aspectos do desenvolvimento de Angola).

IMPRESA

Revista Marítima e Comercial Luso-Americana

Com êste título veio a lume uma nova revista de assuntos económicos, sob a direcção do sr. Armando Pereira do Vale, antigo funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Abordando proficientemente os assuntos da sua especialidade, de-certo vai encontrar excelente acolhimento entre o público a que se destina. Apetecemos ao nosso novo colega as melhores prosperidades.

Ciência e Indústria — Revista mensal de vulgarização científica e ensino técnico.

Temos presente o número de Junho, que como sempre, insere variada matéria de natureza técnica, de grande actualidade e interesse.

Recebemos e agradecemos:

Um caso singular, novela por F. Alves de Azevedo.
Economia e Finanças — Revista do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. — N.º IV — 1933.
Economia e Finanças — Anais do I. S. C. E. P. — Vol. — 1933.
A Gazeta dos Caminhos de Ferro.
A Voz das Colónias — Número comemorativo do seu 1.º aniversário. Cumprimos e desejamos larga vida.
O Oriente — Revista mensal que se publica em Moçambique, dirigida por Jorge de Cabedo, n.º 9 (Março e Abril) de 1934.
Contribuições Industrial e Predial — (Elementos Estatísticos relativos à sua liquidação e cobrança), da Direcção Geral de Estatística.
Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Concurso de literatura colonial

Realizou-se o concurso de literatura colonial que premiou as seguintes obras: «Auá» de Fausto Duarte e «Terras de Feitigo» de Henrique Galvão.

Congratulamo-nos sinceramente com mais êste triunfo obtido pelo antigo director de a «Portugal Colonial» que sendo um enérgico e construtivo homem de acção como o prova a Exposição Colonial do Pôrto é também sem favor um brilhante homem de letras.

Não foram distribuídos prémios às obras de literatura científica, porque o único concorrente que se apresentou não estava nas condições, por virtude de ter apresentado a sua obra escrita em língua estrangeira.

Visitem a

1.^A EXPOSIÇÃO COLONIAL PORTUGUESA

PORTO

Movimento do Pôrto de Lourenço Marques

Comparação dos segundos semestres de 1932 a 1933

I

Movimento de navios

Nacionalidades	Número de navios			Tonelagens brutas		
	Julho a Dezembro		Diferença	Julho a Dezembro		Diferença
	1933	1932		1932	1933	
Portugueses...	94	96	- 2	247.784	255.454	- 5.650
Inglêses	203	188	+15	1.129.921	1.105.021	+ 24.600
Alemães	17	14	+ 3	128.194	112.665	+ 14.529
Japoneses.....	20	13	+ 7	173.666	114.760	+ 58.906
Holandeses	30	17	+13	156.679	103.939	+ 52.740
Italianos	11	9	+ 2	71.322	65.282	+ 6.040
Suecos	9	5	+ 4	40.752	19.172	+ 21.580
Americanos....	7	7	-	48.804	24.992	+ 23.812
Noruegueses...	6	1	+ 5	38.971	3.229	+ 35.442
Gregos.....	1	-	+ 1	4.592	-	+ 4.192
Totais.....	398	350	+48	2.039.685	1.802.494	+237.191

BANCO DE PORTUGAL

Situações semanais em 18 a 25 de Julho de 1934

1—Encaixe-ouro:				
a) Caixa-ouro-metal	876.955.822\$68	878.266.409\$06	+	1.310.586\$58
b) Ouro depositado noutros bancos	20.382.295\$19	20.382.295\$19	-	—\$—
2—Disponibilidades ouro e outras reservas.....	322.615.260\$94	322.300.803\$81	-	312.457\$13
3—Outras disponibilidades em várias moedas.....	29.051.463\$60	29.786.418\$30	+	734.954\$70
4—Moeda divisionária.....	10.639.521\$39	10.454.333\$53	-	185.167\$86
5—Diversos títulos de crédito.....	69.152.982\$13	69.139.923\$57	-	13.058\$56
6—Carteira comercial:				
Letras do país e outras.....	310.904.864\$78	306.681.797\$52	-	4.223.066\$26
9—Dívida do Estado.....	1.050.106.337\$62	1.050.106.337\$62	-	—\$—
10—Edifícios, máquinas e móveis.....	36.762.137\$06	36.827.424\$10	+	65.287\$04
11—Outras verbas do activo.....	505.004.372\$06	506.223.871\$73	+	1.219.499\$67
12—Fundos próprios do Banco.....	176.121.447\$00	176.121.447\$00	-	—\$—
14—Notas em circulação.....	1.932.769.023\$50	1.907.553.736\$00	-	25.215.287\$50
15—Outras responsabilidades—escudos à vista:				
1—Depósitos e contas correntes:				
a) Tesouro Público c/c.....	272.727.409\$00	298.057.058\$50	+	25.329.649\$50
b) Junta do Crédito Público.....	25.292.453\$69	21.968.252\$68	-	3.324.201\$01
c) Bancos e banqueiros.....	437.307.800\$70	438.895.807\$18	+	1.588.006\$48
d) Outros depósitos.....	24.103.843\$93,5	24.666.031\$29,5	+	562.187\$36
e) Diversos.....	11.915.024\$88	11.646.121\$40	-	268.903\$48
2—Cheques a pagar.....	996.790\$41	1.158.050\$78	+	161.260\$37
16—Responsabilidades em moeda estrangeira:				
a) Saldos no estrangeiro e outras responsabilidades....	206.587\$23	208.737\$23	+	2.150\$00
b) Diversos.....	460.810\$69	410.540\$69	-	60.270\$00
18—Outras verbas do passivo.....	349.661.865\$41,5	349.483.851\$67,5	-	178.013\$44
Total do balancete.....	3.598.711.154\$80	3.597.430.486\$34	-	1.280.668\$46
19—Responsabilidades—escudos à vista.....	2.705.112.346\$11,5	2.703.945.057\$83,5	-	1.167.288\$98
20—Encaixe-ouro.....	897.338.117\$87	898.648.704\$25	+	1.310.586\$58
21—Proporção do encaixe-ouro para as responsabilidades à vista	33,17 %	33,23 %	+	0,05 %
Proporção.....	45,09 %	45,14 %	+	0,05 %